



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 110

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 06 DE DEZEMBRO DE 2012

ANO I

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA

ATA DA 13ª AP 1258

SUP. DE RECURSOS HUMANOS 1278

TAQUIGRAFIA

ATA DA 13ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

PARA DELIBERAR JUNTO AOS REPRESENTANTES DO ESTADO DO AMAZONAS, PLANO DE AÇÃO JUNTO AO GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, PARA QUE AS COMUNIDADES DO ENTORNO DA BR-319 (MUNICÍPIO de Canutama/AM) E PARTE DO PROJETO DE ASSENTAMENTO JOANA D'ARC 1 E 2, SEJAM MELHOR ASSISTIDOS PELO PODER PÚBLICO.

Em 27 de novembro 2012

Presidência da Sra.

Epifânia Barbosa - Deputada

Lenilson Guedes – Mestre de Cerimônia

(Às 9 horas e 49 minutos é aberta a sessão)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) – A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo requerimento da Excelentíssima Deputada Estadual Epifânia Barbosa, realiza esta Audiência Pública, objetivando deliberar junto aos representantes do Estado do Amazonas a fim de que

se defina Plano de Ação junto ao Governo do Estado de Rondônia, para que as Comunidades situadas no entorno da BR 319 (Município de Canutama/AM) e parte do Projeto de Assentamento Joana D'arc 1 e 2, sejam melhor assistidos pelo poder público.

Convidamos para compor a Mesa a Excelentíssima senhora Deputada Epifânia Barbosa, proponente desta Audiência Pública. O senhor Elizafan Sales, representando o Governador do Estado de Rondônia, ele que é Secretário Executivo da EMATER. Doutora Vera Ferraz de Arruda, Procuradora de Justiça, representando o Ministério Público do Estado de Rondônia. Senhor Genair Capelini, Delegado Federal do Ministério do Trabalho e Desenvolvimento Agrário em Porto Velho. Excelentíssima senhora Maria de Fátima Ferreira, Secretária Municipal de Educação, Vereadora eleita no Município de Porto Velho, neste momento está representando o prefeito do município de Porto Velho. Excelentíssimo senhor Valdinei Vital de Lima, Secretário Municipal de Educação de Lábrea-AM. Excelentíssimo senhor vereador Michel Cruz, Presidente da Câmara Municipal do Município de Lábrea-AM.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Bom dia a todos. Bom dia a todas, sejam bem-vindos. Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública com o objetivo de deliberar Plano de Ação entre os Governos do Amazonas e Rondônia para assistir aos moradores do município de Canutama Assentamento Joana D'arc 1 e 2 e Lábrea.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) – Nós convidamos a todos para em pé ouvirmos, e aqueles amazonenses que quiserem cantar o Hino do Estado do Amazonas e logo após o Hino Céus de Rondônia, o Hino do Estado de Rondônia. Primeiro o Hino do Amazonas.

(Execução dos hinos do Estado do Amazonas e Estado de Rondônia)

MESA DIRETORA

Presidente: HERMÍNIO COELHO

1º Vice-Presidente: MAURÃO DE CARVALHO

2º Vice-Presidente: LORIVAL AMORIM

1º Secretário: JOSÉ CLEMENTE - LEBRÃO

2ª Secretária: GLAUCIONE RODRIGUES

3º Secretário: MARCELINO TENÓRIO

4º Secretário: VALDIVINO TUCURA

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Divisão de Publicações e Anais - Robison Luz da Silva

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 Porto Velho-RO

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Senhoras e senhores, eu agradeço aqui, a presença de todos e de todas e nós, antes mesmo aqui das nossas palavras iniciais, para justificar a realização desta Audiência. Eu quero cumprimentar e agradecer todas as pessoas que aqui estão, em especial as pessoas que vieram de lugares mais distantes, que são a razão desta nossa Audiência Pública, a população que mora aqui, ao longo da BR 319 e também ao longo da BR 364, na Ponta do Abunã. Eu solicito ao senhor Mestre de Cerimônias que proceda a leitura das demais autoridades, que nos honram com suas presenças, como também as justificativas.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) – Queremos agradecer a presença da Excelentíssima senhora Maria da Penha de Souza Menezes, Secretária de Estado da Promoção da Paz. Senhor Inspetor Magalhães, representando a Polícia Rodoviária Federal. Excelentíssimo senhor vereador Odair Taturana, Presidente da Câmara Municipal de Costa Marques. Senhor Vagner Terrazas, representando a Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas, doutor Wilson Alecrim. Senhora Karine Araújo, Chefe do Departamento de Planejamento, representando a Secretaria de Produção Rural do Estado do Amazonas. Sra. Tatiana Rodrigues da Silva, Presidente da Federação das Associações da Região Sul de Canutama; Sra. Maria Silva, Presidente da ASCOMAN – Associação Comunitária dos Moradores e Amigos do Município de Canutama. Exmº. Sr. Vereador Edenir Maia, representando a Prefeitura do Município de Lábrea/AM. Exmº. Senhores Tenente Coronel Davys. Major Furtado, representantes da 17ª Brigada de Infantaria de Selva. Dr. Helder Risler de Oliveira, Coordenador Técnico Legislativo da Casa Civil. Dr. Valdomiro Barros, representando o Superintendente do INCRA/RO. Sr. Denis Oliveira, Presidente da União Geral dos Trabalhadores – UGT. Sr. Obedes Queiroz, representando o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR. Sr. Jaime Longaretti, Presidente da Associação Iquiri/AM. Dra. Elza Aparecida de Castro, representando a Direção Geral da Polícia Civil do Estado de Rondônia. Sr. Maurício Arzagualasva, Presidente da Associação dos Pequenos Produtores e Criadores do Rio Azul. Sr. Raimundo Nonato Soares, Presidente do Conselho Estadual de Saúde do Estado. Gilton Conceição Pinheiro, Presidente da Associação Nova Aliança. Sr. Plínio Cella, Presidente da Associação dos Produtores e Moradores da BR-319 e Alto Mucum – APROCAM. Sr. Raimundo Abreu Leite, Presidente da Associação Mirafior Canutama/AM. Sr. Luis Gomes da Rocha, Presidente da Associação Florestal dos Produtores do Amazonas, Canutama/AM. Neoci Ricardo, Presidente da Associação dos Produtores Rurais da Linha 17, Vale do Mucum, Canutama/AM. Sr. Antônio Pereira de Souza, Presidente da Associação dos Agricultores das Margens do Rio Mucum. Sr. James Silva de Melo, Presidente da Associação Matinguazu, Canutama/AM. Sr. José Ribamar Piedade, representante das Comunidades Ramal Jatuarana, Estrada Morrinho, Margens do Rio Mucum, Município de Canutama/AM. Pastor Carlos, Presidente da Comunidade Assevanópolis, Br-319. Sra. Silvia Gonçalves, Coordenadoria das Unidades de Conservação – SEDAM. Sr. Domingos Garcia Leal, Presidente da Alto Ipuxuma. Sr. Francisco Ferreira de Góes, Vice-Presidente da Associação Matinguazul. Sr. Pedro

Coelho da Silva, Presidente da ASPSROELE – Associação de Produtores entre Linhas Joana D´arc 1. Sr. Antônio Pereira de Souza, Presidente da Associação dos Agricultores das Margens do Rio Mucum. Senhores moradores da Vila Assuanópolis, Canutama/AM. Sr. Ocílio Tavares, Presidente da Agrovila C-25 – Rondônia. Senhores moradores de Vila Veneza, Canutama/AM. Sr. Manoel Matora, Presidente da Associação APRUMAR. Paulo da Costa Ramos da Linha C-30. Reginaldo Eller do Carmo, representando a Associação União dos Produtores Rurais do Amazonas – AUPRA. Sr. Valmir de Souza, Diretor da Escola Maria Casaroto Abati, do Distrito de Vista Alegre do Abunã. Sr. José Rabelo da Silva, Administrador do Distrito de Vista Alegre do Abunã. Sr. Agenor Paiva Lopes, Delegado do Sindicato dos Agricultores e Agricultoras Rurais do Sul de Lábrea/AM. O Exmº. Sr. Jurandir Bengala, Vereador da Câmara Municipal de Porto Velho; e demais senhoras e senhores que nos visitam e participam da Audiência Pública que foi solicitada e proposta pela Deputada Epifânia Barbosa.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Eu quero aqui registrar aqui novamente, já foi registrado pelo Mestre de Cerimônia, mas eu quero aqui cumprimentar todos os nossos componentes aqui desta Mesa de autoridades, vocês perceberam que eu inverti, passei para o nosso Mestre de cerimônia para cumprimentá-los, porque eu acho que no dia de hoje vocês de fato são as autoridades aqui nesta Audiência e nós aqui poderemos ser um instrumento para tentar buscar solução para a situação de vocês no que diz respeito à falta de atendimento dos serviços públicos. Então, quero aqui cumprimentar e agradecer a presença do Sr. Elizafan Sales, o Secretário Executivo da EMATER, neste ato representando o Governo do Estado de Rondônia, o Governador Confúcio Moura. Cumprimentar a Dra. Vera Ferraz de Arruda, Procuradora de Justiça, representando o Ministério Público do Estado de Rondônia, e eu agradeço muito a sua presença Dra. Vera, porque eu tive uma audiência com o Procurador Geral, com o Dr. Everton e foi uma conversa muito esclarecedora e falei a ele que: se não tivesse a presença do Ministério Público a nossa audiência não teria um encaminhamento, uma totalidade do jeito que a gente espera, porque a gente precisa do ponto de vista da legalidade para fazer alguns encaminhamentos aqui. Então a gente agradece muito a sua presença. Quero cumprimentar aqui o Sr. Genair Capelini, Delegado Federal do Desenvolvimento Agrário, Genair, muito obrigado pela sua presença, você que também representa para todos nós o Governo federal e uma vez que a gente não tem, nós temos aqui se não em engano um representante do INCRA, mas, muito bem, obrigado a sua presença aqui também é importante junto com Genair, porque nós temos aqui do que a gente for discutindo aqui no decorrer da nossa audiência nós temos algumas situações como na Ponta do Abunã, de Assentamentos que estão na fronteira com Porto Velho, que foram assentadas pelo INCRA, mas nós estamos com muita carência do atendimento público e termina aqui sobre um quadro, termina Porto Velho fazendo essa assistência. Então, a presença de vocês pra gente aqui é muito importante. Cumprimentar e agradecer a Sra. Maria de Fátima Ferreira, Secretária Municipal de Educação de Porto Velho, aqui representando também o Prefeito de Porto

velho, presença aqui da Secretária também é importante porque é uma conhecedora da situação dessas comunidades e tenho certeza que vai poder contribuir muito aqui com esse debate. Eu vi aqui ainda o Vereador Bengala, não sei onde ele está; se quiser vir aqui pra dentro conosco também, representando aqui a Câmara de Porto Velho. Cumprimentar também o Sr. Valdinei Vital de Lima, Secretário Municipal de Educação de Lábrea, obrigada aqui pela sua presença também. Cumprimentar o Exmº. Sr. Vereador Michel Cruz, Presidente da Câmara Municipal de Lábrea, obrigada pela sua presença. Quero aqui após esse registro lamentar imensamente a ausência dos representantes do município do Estado do Amazonas em especial o município de Lábrea a quem nós fizemos convites, inúmeros convites, reforçamos os convites, fizemos ligações, eu liguei pessoalmente para os Deputados daquele Estado, para deputado Federal porque eles precisavam estar aqui, o Estado de Rondônia atendeu a nossa solicitação, mas, sem o Estado do Amazonas realmente fica fragilizada a nossa audiência e daí novamente a importância do Ministério Público que poderá nos auxiliar numa medida para que a gente possa aí fazer alguns encaminhamentos necessários. Mas, senhoras e senhores, eu vou aqui de uma maneira tentar ser breve, apresentar aqui um pouco da razão desta Audiência Pública que é exatamente nós discutirmos a situação de mais de seis mil famílias que residem aqui ao longo da BR-319 nas suas várias Linhas, nas suas várias localidades que fazem fronteira com o Estado de Rondônia, com o município de Porto Velho, mas que estão segundo o IBGE cadastrados como moradores, população do município de Canutama e alguns ali de Humaitá, mas Humaitá ainda consegue atender um pouco mais, mas, mais essas comunidades aqui, eu vou citar algumas que ficam aqui nas divisas do KM 13, que a gente chama ali de Transpurus, aí vem o KM 13, KM 17, Km 22, KM 33, KM 42, KM 44, no KM 58 que é o PA-São Francisco, no KM 70 que é Costa Rica, tem o ramal São Bernardo, no Km 100. Então, vocês aqui, rapidamente, para quem não conhece a região, doutora, nós temos aqui o Km 13, bem aqui, que já é Amazonas, mas que a gente convive aqui. Quando a chega lá no Km 46 é Porto Velho. Então nós temos aqui um critério que foi adotado, que o divisor de águas, do lado direito a população pertence a Rondônia e do lado esquerdo pertence ao Amazonas e esse rio é o Rio Mucum que corta essas comunidades. Então as informações que a gente tentou levantar o máximo possível, nos orientam que foi esse tipo de divisa que conduziu o assentamento dessa população e o cadastramento deles para essa questão territorial. E aí a gente segue um pouco mais, ali para o Jatuarana, ramal Mucum, Brabo, Santo Antônio e Marta também como sendo do Amazonas. Aí nós temos no Joana D'arc, e é uma área assentada pelo INCRA, uma parte é Rondônia, outra parte é Amazonas. Ali na Linha 9 já é Amazonas. E saindo um pouco aqui dessa área, se eu pecar no nome de alguma comunidade, de alguma localidade, sintam-se contemplados porque a gente vai fazer uma fala geral, mas a nossa intenção depois do mapeamento mais preciso que nós estamos ali já com o material, com o mapa e com o material do IBGE e a gente mapear isso mais detalhado para poder fazer o encaminhamento. E a gente indo um pouco ali para a Ponta do Abunã, saindo da BR 319, indo para BR 364, nós temos ali o distrito de Vista Alegre do Abunã, onde nós temos o

assentamento Jequitibá que fica também na fronteira com Lábrea e mais adiante, um pouquinho, a mais de quatrocentos quilômetros de Porto Velho, em Nova Califórnia, nós temos também o PA Remansinho. São dois projetos de assentamentos também e que ficam em fronteira com o Amazonas, o Estado de Rondônia com o Estado do Amazonas. E algumas pessoas aí esses dias, e talvez isso seja alguns comentários indevidos de que a gente está se preocupando, e nós já temos tantos problemas no Estado de Rondônia, em especial aqui em Porto Velho, e nós estamos nos preocupando, entrando em outras áreas que não pertencem a nossa jurisdição. Ocorre que essas pessoas nós convivemos socialmente com elas. Toda vez, Sales, que eu vou aqui numa reunião na BR 319, eu vou numa Linha e lá tem as pessoas que são, quinze quilômetros pertencem a Porto Velho e os quinze quilômetros adiante pertencem ao Canutama. Eu não tenho como fazer uma reunião só para discutir os problemas de Porto Velho, que residem todos numa mesma trajetória, aí eu vou dizer: 'Não gente, vocês se retirem porque é só do Km 01 ao Km 15, do Km 16 em diante aí vocês chamem a autoridade lá do Amazonas.' E aí eu tenho que fazer o registro aqui que de todas, e não é de hoje que eu ando nessas comunidades, desde que fui Secretária de Educação, até um pouco antes, como Vereadora também, que a gente anda nessas comunidades, e eu nunca tive o prazer de encontrar uma autoridade ali da região do Amazonas, debatendo os problemas que lá existem, a não ser, é lógico, no período eleitoral que a gente realmente encontra muitos naquele processo. E aí muitas pessoas que aqui estão, nesse período eleitoral caíram no conto de que as pessoas não são atendidas porque elas pertencem ao município de Porto Velho. Aí eles vão, transferem o título para o município do Amazonas para serem atendidos. Aí, daqui a pouco chega um candidato aqui de Porto Velho ou do Estado de Rondônia e diz que não pode fazer o atendimento porque eles pertencem ao Amazonas, mas se transferir o título ele vai poder fazer isso. Aí as pessoas vão e transferem o título. Quando é no outro período eleitoral vai acontecendo a mesma coisa e as pessoas continuam da mesma forma. Então isso é algo assim que a gente lamenta muito que isso aconteça porque vai passando o ano, vai passando o processo eleitoral e as pessoas continuam com essa carência do serviço público. E eu, várias vezes, fui penalizada, eu ouvi das pessoas o que não deveria ser dito a mim e sim a outros candidatos que fizeram isso, porque a gente vai perdendo a credibilidade em razão de outras formas de atuação. E eu sempre fui muito clara, muito sincera a eles e durante todo esse tempo, por onde a gente anda, a gente fica sem saber o que fazer, porque se eu tenho um problema numa estrada, vou dar o exemplo aqui lá do ramal São Bernardo, nós temos, acho que o Km 100 que é Porto Velho e o Km 75 que é o Amazonas. Aí o maquinário, a Regina está aqui, que trabalha na Coordenadoria de Estradas do Município de Porto Velho, ela vai, leva o maquinário lá para o Km 100 e está arrumando as estradas. Quando chega lá no Km 75, que é mais próximo, eles não têm o maquinário e aí eles querem o maquinário para fazer o serviço e está certo. Como é que eu estou vendo um que está com o serviço lá e não consegue ter? Só, doutora, que se o município de Porto Velho fizer, ele é

denunciado e vai responder por improbidade administrativa porque não pode colocar o maquinário de Porto Velho nas terras que pertencem ao Amazonas. Aí eles vêm aqui comigo. Aí eu corro lá no DER, peço pelo amor de Deus para que isso aconteça. E o Secretário, o Diretor, com toda cobertura legal, me diz que não pode fazer o atendimento. Aí eu corro e vou lá ao 5º BEC. O pessoal da 7ª Brigada que é o mais próximo. Eu corro e vou lá ao 5º BEC pedir que pelo amor de Deus que aquela caçamba, que aquele maquinário que está lá parado, fazendo estrada, que ele possa entrar só um pouquinho lá na Linha e resolver porque a chuva vai chegar, eles não vão ter como sair, não terão como produzir. E ele me responde dizendo que não pode porque ele é contratado para fazer o serviço numa área federal e exclusivamente para fazer todo o eixo da BR 319. E aí as pessoas, termina o inverno, vai chegar o ano que vem e tudo de novo. E essas pessoas produzem, vendem para Porto Velho, elas compram em Porto Velho, o gado ali, eu até queria que o Marcelo do IDARON estivesse aqui conosco, eu não sei se já chegou, o gado ali, nós temos uma agência do IDARON que termina fazendo uma grande parte do serviço que deveria ser também prestado pelo Estado do Amazonas, mas nós temos que preservar nossa sanidade animal e a gente termina fazendo também o serviço que deveria ser deles. As escolas que nós temos ali, que deveriam ser do Amazonas, primeiro que a qualidade não atende e aí eles terminam sendo atendidos nas nossas escolas municipais. O transporte escolar termina que a gente atende àquelas comunidades, aonde dá para o transporte escolar percorrer, porque nem sempre a estrada permite que o transporte possa fazer aquele serviço naquela região. A regularização fundiária da mesma maneira, nós temos aqui o Programa do Terra Legal, que nós já estamos fazendo o atendimento, eu tive a oportunidade de ir a algumas solenidades já para fazer a entrega dos títulos, só que quando chega o vizinho, um morador recebeu o título e o outro vizinho não recebeu porque quando chegou naquele quilômetro já não era mais Rondônia. Aí nós temos a questão também da segurança e aqui eu quero agradecer e registrar a presença da Secretária de Estado de Promoção da Paz, Penha, a gente agradece muito. E aí, Penha, ali naquela região, nós também, infelizmente, já estamos ali com uma grande entrada de drogas, de consumo de drogas e muitos dos bandidos que estão ali, vêm, eles cometem um crime, aí a polícia faz o registro, mas não pode prender porque ele não é de Porto Velho, ele é do Amazonas. Então ele comete o crime aqui e vai se refugiar lá com os moradores, com as pessoas de bem porque ninguém vai poder prender e o Amazonas não vai lá fazer esse serviço também. Então nós convivemos ainda com uma situação de crime que não tem como fazer qualquer encaminhamento. Mais um exemplo aqui é a questão da energia. Nós temos o Programa Luz Para Todos do governo federal e esse programa ele está aqui com a ELETROBRÁS e lá no Amazonas é a Amazonas Energia. Eu vou dar o exemplo lá da Ponta do Abunã, aqui também tem, mas eu vou dar o exemplo lá da Ponta do Abunã. Em 2009 ou 2010, eu fui lá para resolver uma questão das estradas, eu estava como Vereadora, fui lá ouvir a população e resolver um problema do transporte escolar e quando eu cheguei, fui para uma reunião e essa reunião que ficava no ramal Jequitibá, ela era fronteira já com o Estado do Amazonas,

com Lábrea. E a energia chegou até um ponto e não podia prosseguir, a ELETROBRÁS fez até ali, ela não podia dar continuidade porque já era o Estado do Amazonas. E o Estado do Amazonas, no município de Lábrea, eles não tinham condição de ir lá fazer o serviço. Então um morador tinha energia e o próximo não tinha. Esses dias agora, o Administrador que está aqui, o Jacaré me ligou porque o maquinário do DER estava lá fazendo um serviço e faltavam seis quilômetros para concluir exatamente lá nesse ramal. Quando ele ligou do assentamento, eu falei: -i:'Eu já sei o que é, eu já sei qual é o problema.' Porque faltavam seis quilômetros, Sales, mas não pode ser feito porque não era mais Rondônia, era Amazonas. E era exatamente aonde nós tínhamos um número de crianças que precisavam ter acesso as estradas que precisava do transporte escolar para chegar até a escola, que é a escola municipal de Porto Velho. E lá estão mais de, se não me falha a memória, mais de 15 alunos sem estudar, ou o pai tendo que arcar com essa despesa por conta desses seis quilômetros que não pertence ao Amazonas. Da mesma maneira o assentamento Remansinho lá em Nova Califórnia, na época eu era Secretária Municipal de Educação, e aí doutora eu lógico cometi um ato, uma infração, porque a gente foi até lá para Nova Califórnia, a gente estava prestando um serviço como Secretária e eu recebi uma comissão pedindo que pelo amor de Deus, a gente fosse lá nesse assentamento, parece-me que são 800 famílias que estão assentadas lá. E foi feito todo o assentamento, mas não tinha professor, não tinha merenda e os meninos estavam sem aula. E eu terminei, fiz sim, emprestei uma professora por um período, mandei uma merenda depois me denunciaram, eu tirei tudo de volta, depois a gente mandou umas cadeiras e pedi que eles não comentasse com ninguém, se não nós íamos ter problemas. A gente termina fazendo algumas coisas para que a população não fique desassistida, não fique sem atendimento, mas a gente reconhece que a gente está cometendo algumas, alguns dados que se for levar mesmo, do ponto de vista da legalidade nós teremos que responder por isso. Então são alguns exemplos que eu estou trazendo, depois as pessoas poderão, terão aí a oportunidade de se manifestar, mas são algumas das coisas que a gente convive no dia a dia, e que nos trazem muita angústia. Então essa audiência pública, a primeira coisa que eu pensei era que vocês se tornassem vistos, que as pessoas, que as autoridades vissem que vocês existem, vocês estão aqui, que vocês moram lá, porque não dá para ir só um ou dois ou eu tenho muitas atribuições, sempre que eu sou chamada, eu estou, eu vou lá, mas quem mora lá são vocês. E eu queria que vocês pudessem ser vistos, que a gente pudesse pensar em algo que viabilizasse, mudasse essa realidade e uma das alternativas que nós pensamos aqui, é um plano de ação em conjunto do Estado de do Amazonas e o Estado de Rondônia com os municípios que tem essa região de fronteira, junto com o Ministério Público para que a gente pudesse aqui fazer termo de cooperação. E o termo de cooperação, eu sei que já foi um instrumento da EMATER, com a assistência técnica e que parece-me que de um Governo para o outro não houve a renovação e nem assistência técnica se tem mais hoje. Então se no passado a gente conseguiu uma legalidade para isso, creio eu que foi do ponto de vista da legalidade, então nós queríamos fazer uma ação aonde o

serviço pudesse chegar, por quê? As pessoas uma vez credenciadas no IBGE como Estado do Amazonas, certamente o FPM cai no Estado do Amazonas, o FPM cai no município de Canutama ou Lábrea e o FPE cai para o Estado do Amazonas, então não é justo que Porto Velho e Rondônia preste o atendimento as pessoas, sendo que o recurso vai para lá. Então a nossa intenção é fazer que, pensar num encaminhamento se não for esse, que surja uma outra questão que a gente possa fazer um termo de cooperação onde o Estado do Amazonas possa repassar alguns recursos equivalentes a população dentro daquele serviço essencial saúde, educação e estradas prioritariamente ou agricultura também e a gente possa aqui ter esse recurso e o município de Porto Velho, o Estado de Rondônia que operacionalize a ação, uma vez que a gente vai estar com maquinário na 319, a gente possa prestar o serviço e o termo de cooperação possa ceder o combustível ou pessoal que seja. Então nós pensamos em alguma coisa nesse sentido, conversei com o Dr. Everton, Procurador Geral do Ministério Público, e a preocupação dele, por isso que encaminhou aqui a doutora Vera, a preocupação não é apenas, ele disse que há toda uma compreensão social e política sobre isso, mas nós precisamos também de ter essa compreensão técnica e legal para que depois a gente não sofra qualquer situação na justiça em relação a esse serviço. Eu quero aqui também registrar a presença do doutor Helder, o doutor Helder sabendo dessa nossa discussão, ele foi uma das pessoas que me convidou, até algumas pessoas repercutiram isso de maneira negativa, mas me convidou para participar de um curso de mediação de conflitos, o que me chamou também muita atenção de nós buscarmos algumas situações, porque isso aqui é um conflito social que nós temos, é uma realidade que nós estamos convivendo e nós precisamos trabalhar isso e buscar uma solução, o que não dá é para cada vez que a gente vai ali, a gente encontrar as pessoas angustiadas, chorando, sofrendo e a gente não ter nenhum mecanismo para fazer, não, eu acho o instrumento da minha atuação parlamentar que a gente encontrou foi a audiência pública e é isso que nós estamos fazendo hoje. Dessa maneira a gente abre o debate do dia de hoje para a gente tentar aqui compreender um pouco mais e tentar aqui buscar aqui umas soluções e sermos vistos. Então encerrando aqui a minha fala eu queria pedir para os meninos só soltarem o vídeo aqui para a gente só visualizar um pouco algumas coisas que eu falei e nós vamos conduzir a Mesa, revezando um pouco das pessoas que compões aqui a Mesa, e com a população que está participando para que a gente depois não cometa aqui uma falha de só quem está aqui na Mesa falar e deixar vocês por último e depois ser atropelado pelo tempo. Então nós faremos esse revezamento. Então obrigada mais uma vez pela presença de todos, vamos soltar o vídeo, e depois a gente reconduz aqui a Mesa. Obrigada.

(Exibição do vídeo)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) – Antes de dar sequência na nossa audiência pública, vou registrar que S. Ex^a. a Sra. Deputada Epifânia pede para que a Sra. Miriam Saldanha, chefe de gabinete do prefeito municipal, já está aqui em nosso plenário, muito obrigado pela sua visita, sua

participação na audiência pública. Agradecer a presença do Sr. Fábio Fava, Coordenador Extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal. Sr. Paulo Junior da Silva, Presidente da Associação Comunitária dos Moradores de Boa Esperança. Sr. João Bássio, Presidente da ONG União Amazônica de Porto Velho.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Dando continuidade, vou passar agora para o Exm^o. Sr. Vereador Michel Cruz, Presidente da Câmara Municipal de Lábrea, para proceder as suas palavras.

O SR. MICHEL CRUZ – Bom dia a todos. Em primeiro lugar gostaria de agradecer e parabenizar a deputada Epifânia. É um prazer estar aqui. Em nome da Câmara de Vereadores do município de Lábrea; saúdo em nome da deputada todas autoridades aqui da mesa e trago, deputada, um abraço dos demais colegas vereadores companheiros, estou aqui com o companheiro vereador Edenir Maia da Silva, também que faz parte da nossa comitiva: . Somos três aqui nesta audiência, temos o nosso Secretário de Educação Valdinei Vital, e gostaria de dizer a V. Ex^a. que é um grande prazer estar aqui, por quê? Porque são momentos como este Deputada que nos faz compartilhar, refletir e a discutir problemas comuns, problemas comuns ao município de Canutama, ao município de Lábrea, ao município de Porto Velho e em consequência disso comuns ao Estado de Rondônia e Amazonas. Por ter três mandatos como parlamentar, em 2007, eu tive a oportunidade de fazer parte, deputada, da comissão para o Sul do Amazonas e nós ficamos na minha região lá no Sul de Lábrea, na Ponta do Abunã, como a senhora comentou, durante sete dias, órgãos federais, estaduais e eu representando o município, e ali nós fizemos algumas discussões, alguns levantamentos, e a senhora foi muito feliz nas suas colocações quando expõe esses problemas das comunidades, principalmente das comunidades tradicionais. Estou falando aqui, especificamente, porque eu conheço a região Sul de Lábrea, não conheço a região de Canutama, mas como eu falei, os problemas são comuns, a principal dificuldade que nós encontramos como gestor, hoje eu estou como legislativo, mas a partir de 1º de janeiro eu estarei assumindo a função de vice-prefeito do município de Lábrea. Trago aqui um abraço do vereador eleito prefeito, vereador Evaldo também, e nós temos alguns planejamentos já para a nossa região e esse planejamento, Deputada, passa exatamente por pactuações, por colaboração entre aqui a cidade de Porto Velho, o Estado de Rondônia, o Governo do Estado, para que nós possamos levar os nossos serviços àquela região, implementar os serviços já existentes ali, levarmos novos serviços que são de competência do município de Lábrea. Nossa competência saúde, educação, serviços básicos. Nós operamos ali, trabalhamos, Deputada, com pouca eficiência, na verdade, apesar de termos ali quatro escolas, cinco professores, mas nós não conseguimos, feito esse trabalho naquela região, identificarmos, por incrível que pareça, identificarmos áreas do governo legalizadas onde nós podemos construir escolas, posto de saúde. E naquele encontro em 2007, naquele trabalho nós verificamos que na nossa região, Deputada, do Sul, na Ponta do Abunã, como a senhora é

conhecedora, ali um grande conflito de terra, de disputa judicial fez com que a gente tenha segurado um pouco o nosso serviço, mas mesmo assim nós tivemos na área da saúde, eu fui Secretário de Saúde do município por quatro anos e nós levamos alguns serviços, mas em parceria com Porto Velho. Eu gostaria de agradecer aqui a Secretaria de Saúde de Porto Velho através da equipe de endemias do município que estão sendo grandes parceiros, colaboradores na área de combate a malária naquela região. Então nós gostaríamos de agradecer e dizer a V. Ex^a. e as demais autoridades do governo municipal aqui de Porto Velho, a Secretária de Educação e o governo do Estado em si, nós queremos, precisamos, temos todo interesse a partir de janeiro de sentarmos, de trabalharmos para que a gente possa levar esse povo. Na última reunião, Deputada, com o Governador Omar, em torno de 25 a 30 dias, nós trabalhávamos exatamente a questão do desenvolvimento, o Governador comentava a questão do desenvolvimento sustentável da região dos interiores e a questão do Sul de Lábrea, os conflitos de terra, a senhora é conhecedora dos conflitos que gera para o nosso município um prejuízo grande. O Governador foi bem claro que tem que fazer parceria com o município de Lábrea para que a gente possa desenvolver essa região e esse desenvolvimento não vai estar só Lábrea, Amazonas, mas precisa também, como a senhora falou uma área de grande influência, área de fronteira entre os dois Estados, nós estamos dispostos a trabalharmos, fazer pactuações, assumir responsabilidades para que a gente possa dar uma qualidade de vida aquelas pessoas que ali moram, queremos produzir de maneira sustentável, queremos e reivindicamos já há muito tempo a regulamentação fundiária daquela área através do INCRA. Também estive no INCRA e já temos, Deputada, a nossa patrulha mecanizada, já estamos com ela lá no Sul, em Boca do Acre trabalhando e logo a partir de maio, junho nós devemos estar com ela na região da Ponta do Abunã nos projetos de assentamento Gideão, ramais Jequitibá e naquela área fazendo os trabalhos de melhorias nas comunidades. Estive com o INCRA a semana passada, a Dona Socorro não está aqui, que é a Superintendente, mas lá eu me informei e nós temos uma parceria para ser construída a partir do ano que vem também com o INCRA que eu tenho certeza que vai melhorar a condição de mobilidade daquelas comunidades, de escoamento de produção e o município de Lábrea pode ter certeza, Deputada, nós vamos estar quando o prefeito não puder estar presente, mas eu estarei na qualidade de vice-prefeito discutindo as questões de interesse daquelas comunidades. Então fica aqui mais uma vez a minha saudação. Parabéns a V. Ex^a. pela atitude, pela iniciativa e espero que essa audiência seja proveitosa, que aqui possamos iniciar um processo de trabalho de fato para que a gente possa desenvolver tanto a região Sul de Canutama como a região Sul de Lábrea através da Ponta do Abunã, naquela região. Muito obrigado.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Obrigada. E quero parabenizá-lo, eu não sabia, mas parabenizá-lo aí pelo sucesso no processo eleitoral, sendo o vice-prefeito, e a sua presença aqui demonstra essa vontade política de realmente fazer a diferença, isso é muito importante, a sua fala já nos conduz a uma luz no fim do túnel. Então parabéns e abrigado

pela presença mais uma vez. Vou convidar agora também, fazendo aqui uma, revezando as falas das autoridades com a população. Registrar aqui também a presença do senhor Gilberto Barbosa Filho, que ele é o 1º Secretário da ASCOMAM e já convidá-lo para aqui fazer a sua fala representando a comunidade.

O SR. GILBERTO BARBOSA FILHO – Excelentíssima Deputada Epifânia Barbosa. Excelentíssima vereadora eleita Fatinha, ao Vice-Prefeito eleito lá, de Lábrea, e todas as autoridades presentes. E agradeço imensamente a todos os companheiros que aqui estão demonstrando essa vontade de realmente ter essa mudança na região Sul de Canutama, que como vocês puderam ver nesse vídeo aí, nós estamos totalmente abandonados. Meu nome é Gilberto Barbosa Filho, sou o 1º Secretário da ASCOMAN, e gostaria de agradecer a presença de todos e com toda certeza com a benção do nosso Deus, e a vontade dos homens que conduzem o destino do nosso Estado, e do município podermos sair daqui dessa audiência pública com o resultado positivo para o desenvolvimento da região Sul do município de Canutama. Senhora presidente, Deputada Epifânia, gostaria de agradecer em nome de toda Região Sul de Canutama, por essa oportunidade única, inédita na história dessa Casa, de sentar na mesma Mesa, o Estado de Rondônia e também do Amazonas. Pois, Porto Velho Rondônia sempre foi o pai adotivo da nossa região na questão de saúde, na questão de estradas, então chega uma hora que basta, não temos lá assistência médica, só tem um médico que nos atende, quando ele vai, não temos distribuição de medicamentos para as pessoas carentes, não temos postos de saúde, nem centro de endemias e o que tem estão sucateados. Na BR-230, no km70 sentido Humaitá/Lábrea, existe uma escola nessa comunidade que é de Canutama, mas quem administra é Humaitá, isso realmente é uma vergonha. Voltando a saúde, não temos nenhuma ambulância para atender as emergências da nossa região, a única ambulância que nós temos é o rabeção do IML de Porto Velho que já vai trazer as vítimas e o João Paulo, que nós acolhe quando a gente necessita. Então baseado em todas as informações aqui, o produtor rural não quer muita coisa, ele simplesmente quer estrada, energia porque ele já produz, então fica aqui nossa indignação; principalmente com o poder público, prefeito de Canutama que durante quatro anos, não fez nenhuma ação aqui na região sul. Então fica aqui nosso registro. Muito obrigado.

O SR. LENILSON GUEDES – (Mestre de Cerimônia) – E na sequência, nós vamos ouvir o senhor Reginaldo do Carmo da Associação AUPRA, de Vista Alegre do Abunã.

O SR. REGINALDO DO CARMO – Um bom dia a todos, nosso representante de Lábrea, a Secretária da Educação a Fatinha, a nossa Deputada que também está presente. Eu sou o Reginaldo, sou morador, proprietário do ramal Jequitibá, do Distrito de Vista Alegre do Abunã. Eu queria passar um pouco da nossa dificuldade lá, também a todos e aproveitar essa oportunidade que nós estamos aqui com o nosso eleito vice de Lábrea, que nós temos uma dificuldade muito grande de vida a gente morar e ter propriedade dentro do Estado do Amazonas

e o nosso acesso ser 100% dentro do Estado de Rondônia. Então todos os benefícios que a gente procura pelos nossos poderes tem aquela barreira, já passou. Na educação nós temos lá a dificuldade de transporte o ônibus escolar ir até a nossa propriedade buscar os alunos, que você procura melhora no transporte aí vem a questão do Estado. Aqui nós moramos dentro do Estado do Amazonas, e nossos filhos estudam no Estado de Rondônia aí temos aquela dificuldade, o ônibus dar um problema não tem nenhum comunicado aos pais, que deu um problema no ônibus, quando a gente descobre que vão procurar o que quê aconteceu que não veio o transporte buscar os nossos filhos, nós temos talvez algumas respostas, vocês estão de favor porque lá vocês estão, nós temos da empresa, lá vocês estão no Estado do Amazonas e nós somos contratados por Rondônia, então nós não temos responsabilidade total com a população Amazonina. E a outra dificuldade como a gente viu aqui, só quero reforçar, é a nossa energia, que a energia foi até a divisa aí nós cobramos por quê? Não o Amazonas não pode até porque as verbas, aí nós gostaríamos depois de uma explicação o por que não pode ir, se é uma verba federal, nós gostaríamos de expor. Por nós sermos do Ramal Jequitibá, aproximadamente lá nos km 55, onde eu sou proprietário, nós temos sessenta famílias aproximadamente até naquele quilometro e pelo ramal linha um, nós temos lá aproximadamente oitenta famílias, isso residindo nesse ramal e mais os funcionários das fazendas que também dar um número maior. Da energia, a estrada, a saúde, aqui nós temos também um mapa que depois o nosso administrador também pode falar um pouco sobre ele, nós temos também sobre a saúde, nós temos a mesma dificuldade, todos que vem de lá tem aquela dificuldade de medicamento, atendimento lá dentro pelo pessoal da SUCAM é difícil porque nós estamos também lá dentro do Estado do Amazonas. E aí nós queríamos fazer um apelo e pedir aos nossos demais uma solidariedade ou uma parceria se houvesse como, para que levasse lá para nós um parecer se há possibilidade de uma parceria dos dois Estados. Por quê? Porque nós moramos lá dentro do Amazonas, mas o nosso produto é todo escoado para Rondônia, nós somos eleitor de Rondônia até porque para nós sermos eleitor do Amazonas dificulta bem mais. Aí, eu quero fazer esse apelo, eu acho que os demais têm um bom conhecimento. E quero finalizar agradecendo a todos pela oportunidade de passar essa pequena dificuldade a vocês e quero deixar aqui para depois o nosso administrador ali, um mapinha para que ele possa deixar com vocês, mais ou menos um rascunho das localidades, os ramais como é para nós lá. Eu quero agradecer, meu muito obrigado pela oportunidade de está aqui, em nome de todos.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Obrigada. Concedo a palavra agora ao Senhor Genair Campelini - Delegado Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário de Porto Velho.

O SR. GENAIR CAPELINI – Quero saudar aqui a nossa companheira Epifânia Deputada Estadual. Sales nosso colega Vereador Secretário de Educação de Lábrea; nosso companheiro Vereador, quarto mandato e agora como vice-prefeito e parabéns pela sua atuação junto a este povo. Saudar a nossa

companheira Fatinha vereadora eleita e a nossa colega doutora do Ministério Público, que bom a presença da Senhora nesta Audiência Pública. Saudar a todos os funcionários desta Casa e saudar a cada um de vocês, as senhoras e os senhores que estão nessa luta para conseguir frutos para a comunidade de vocês. Estou aqui representando Ministério do Desenvolvimento Agrário e no mesmo momento aqui eu quero deixar um abraço Deputado Padre Ton e também assumir aqui o compromisso dele, Deputada Epifânia, e, também a partir de janeiro nós temos mais um Deputado Federal comprometido com a causa dos trabalhadores e das trabalhadoras de Rondônia que é o Anselmo de Jesus, que toma posse e com certeza eu assumo aqui um compromisso também em nome desses dois Deputados com essa comunidade. E quanto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, ele foi criado para beneficiar trabalhadores e trabalhadoras rurais. O Ministério do Desenvolvimento Agrário ele foi criado, e criado programas: o Luz para todos, Educação no Campo, o Arca das Letras que é um programinha de levar um incentivo à leitura lá no campo, criado agora Água para Todos, Minha Casa Minha Vida Rural, e se não houver a luta de vocês Deputada. Eu parablenho a senhora por te acolhido esta comunidade nesta Casa e outras autoridades tanto do Poder Público como também dos movimentos sociais e não governamental que está aqui nesta luta, olha a situação deste Município e o reclame deste povo, por energia. Energia é um programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário que foi criado para clarear as propriedades e a casa deste povo. E aqui gente eu quero deixar desde já o meu compromisso, eu acredito que vocês também tem que envolver o Delegado do Amazonas, o Delegado Federal do Ministério de Desenvolvimento Agrário do Amazonas nesta luta com vocês, envolver também Deputados e o Governador. O nosso colega aqui parece que até é do mesmo partido do Governador. Que bom! Temos que acionar também os Governadores. Está aqui o nosso representante da EMATER que vai falar aqui em nome do Governador do Estado, com certeza o nosso Governador também abraça essa causa junto com vocês, porque o Governo Federal cria os programas para chegar até os menos favorecidos. Acesso ao crédito que vocês não vão conseguir, o Ministério do Desenvolvimento Agrário não pode investir nesta comunidade Drª? E os benefícios que se tem por causa desta ilegalidade. Então, nós temos que tornar isto legal para poder receber os benefícios do Governo Federal. Até mesmo a EMATER, eu conversava com o Sales, dificulta a EMATER fazer um investimento, porque lá na comunidade de vocês porque não tem amparo legal. E aqui eu quero deixar o meu compromisso na condição de Delegado Federal, e abraço esta bandeira com vocês, viu Deputada? A hora que for necessário estarei aqui representando o Ministério de Desenvolvimento Agrário e se for necessário, lá na comunidade de vocês, essa luta com vocês. Um abraço e obrigado.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Obrigada delegado. Então desde já, vou registrar aqui, que na nossa próxima reunião, agora depois para fazer os encaminhamentos, em um outro momento, já vou deixar o registro da sua participação, assim como o Deputado Federal

o Padre Ton, que a gente precisa, realmente, de uma representação Federal porque a gente está tratando, também, de Região de Fronteira aqui, entre dois Estados, então é necessário, é importante a presente também de um Parlamentar em nível Federal e o Padre Ton será muito bem vindo para esse nosso debate. Quero registrar aqui, também, a presença do senhor Fábio Fava, Coordenador Extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal. Senhor João Bássio, Presidente da ONG União Amazônica de Porto velho. Senhor Paulo Júnior da Silva, Presidente da Associação Comunitária dos Moradores de Boa Esperança na BR-319. Eu concedo a palavra, agora, a senhora Tatiana Rodrigues da Silva, Presidente da Federação das Associações da Região Sul, de Canutama.

A SRA. TATIANA RODRIGUES DA SILVA – Bom dia a todos. Em primeiro lugar agradecer a Deputada Epifânia, por ter tido esta iniciativa por ter visto tanto, porque o povo da Região Sul vendo sofrendo, e é um sofrimento já para aqueles mais antigos que tem mais de 20 anos. E para mim que cheguei, em agora em 2005, venho acompanhando de perto todo esse andamento. De alguma forma tentando organizar :, juntar e pedir às autoridades do Amazonas, porque não é falta de pedido, não pessoal, por muitas vezes as Comunidades se juntaram e foram até as autoridades competentes em Manaus para solicitar esse apoio que a Deputada passou para vocês agora, e vocês são sabedores da nossa situação. Já foi solicitado em Manaus ao Secretário de Produção do Estado Eron Bezerra, na nossa primeira visita, que nos olhasse na questão das vicinais, da produtividade e vários outros pedidos dentro da questão do mesmo. Daí, então, nós tivemos a presença dele, aqui, no ano de 2008, aonde ficou prometido que viria pra região uma patrulha mecanizada para amenizar a situação dos moradores com relação às vicinais. Na época foram solicitados 200 quilômetros de reparos nas vicinais da Região Sul de Canutama compreendendo apenas a BR-319. Não esqueçamos que a BR-230 também faz parte desse cardápio de descaso público do Estado do Amazonas. É outra que também está sofrendo, que também tem Vicinais, que também tem Escolas, que também não tem Saúde, que também não tem nada, que continua do mesmo jeito da equipe que entrou lá em 2005 buscando desenvolvimento regional e até hoje, até hoje, não, me desculpe. Hoje nós temos aqui uma Deputada do Estado de Rondônia que olhou que viu e que sentiu na pele, vou contar uma breve história. Estive em uma reunião dela no começo, lá quando ela era Secretária de Educação, aonde um morador chegou muito bravo, achei até que ela iria apanhar, com ela com relação à questão do desenvolvimento regional, onde ela não tinha nada a ver, como ela disse que 15 quilômetros pra ela não fazia parte do cardápio dela, ele quase bateu nela, lá. A Deputada Epifânia, de não poder fazer algo por aquele povo como ela expos logo no começo, quando ela colocou para a gente a situação. Saúde, para um médico, um único Médico atender mais de vinte comunidades, é brincadeira de mau gosto com a comunidade que está lá. São vinte Comunidades, ou até mais hoje, compreendendo 319 e 230, para um único Médico que eu particularmente, vocês me perdoem, mas eu só vi em uma Comunidade algumas vezes que foi no quilometro 70 onde

eu trabalho, só algumas vezes. E se eu estiver mentindo eu estou aqui para ser desmentida. Questão da Educação. O professor, funcionário da Escola, maioria fornecido de Porto Velho. Apoio nenhum, se vocês forem cinco horas em cima da balsa estão lá os professores, inclusive, eu, pedindo carona para chegar à Escola em tempo hábil. Então, como a Comunidade pode cobrar como Professor pode chegar a cumprir o que é de compromisso dele? Tá bom tem as Leis que fala isso, fala aquilo, e o bom senso, onde é que fica? Cadê o bom senso? Principal problema do produtor, do criador é a Vicinal. Teve um ano que o pessoal da Secretaria de Produção do Estado teve, aqui, e foi fazer um levantamento. Sabe quem ajudou? Os Presidentes de Associação, os proprietários das terras é quem colocavam eles nos carros e saía de fora a fora rasgando a terra no inverno, inclusive, teve alguns que colocava nos cavalos para aprender como era que o negócio funciona aqui. E eles foram, porque foi o povo quem levou. E eles encontraram sacas de farinha perdida na época das águas, sem o produtor poder retirar para vender para sustentar a família. Eles encontraram toda uma dificuldade, fizeram um levantamento e prometeram que em 2009 a patrulha mecanizada estaria aqui para ajudar o produtor e o criador. Até ontem, de repente está vindo, ai, e eu não estou sabendo. Infelizmente, eu digo infelizmente porque eu acredito que daqui para frente só se o Ministério Público intervir por nós, de outro jeito não vai, não. São quatro anos de mandado do mesmo Prefeito, e ele se reelegeu. Então com essa reeleição ou nós partimos para o que está agora para o Ministério Público socorrer ou então vamos ficar mais quatro anos esperando as promessas que não serão cumpridas, que nós já sabemos disso, não serão cumpridas, ou tem alguém para ajudar ou nós vamos ficar na mesma situação. Os filhos dos proprietários de terras, dos criadores, aqui em Porto velho estudando longe dos pais, podendo estar lá ajudando também, crescendo longe, podendo estar lá dentro junto com eles. As crianças saindo em condição precária para vir estudar, a situação do colega aqui não funciona só lá com ele, não, com a questão de ônibus quebrado na estrada e sem poder avisar. É pai esperando até 10 horas, 11 horas da noite por notícia do filho por não poder esse filho estar estudando dentro das terras de Canutama. A escola do lado da casa do proprietário e a criança tendo que vir para Porto Velho para estudar por descaso do nosso administrador, porque é um descaso. Nós fizemos um Seminário, inclusive, em 2007, lá no quilometro 70, eu acho que tem gente que ainda lembra disso, nós tentamos implantar, lá, a semente do desenvolvimento em 2007, veio o representante de Brasília, de Manaus de tudo quanto foi lugar, foi um lindo seminário feito pelos Presidentes de Associações da Região Sul. Na época se contavam 22, em 2007, a semente foi plantada, a água não foi jogada e está do mesmo jeito até hoje. Espero que essa aqui gere o fruto, gere o desenvolvimento para a nossa Região. Nós já estamos cansados disso aqui, de sofrer, de pedir. A Secretaria de Obras de Transporte de Obras aqui de Porto velho está cansada de nós, ela nos recebe, eu acho que hoje por educação. De vez em quando nos manda embora da sala. Isso aconteceu com um colega nosso, aqui, ela tem a razão dela, mas nós podemos ficar desassistidos. Então pessoal, eu deixo aqui o meu voto de indignação, pedindo socorro para a

questão das vicinais, para a questão da assistência porque sem estrada não vai haver nada, vai continuar do jeito que está. Nós precisamos do apoio do Ministério Público, dos representantes do Ministério Público que venham com a gente, que assista a situação. Testemunha não vai faltar, nós estamos aqui é para isso. Obrigada.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Obrigada, Tatiana. Concedo a palavra ao senhor Juvenal Devodato de Lima, Vice-Presidente da Associação Iguiri de Nova Califórnia.

O SR. JUVENAL DEVODATO DE LIMA – Senhores, o meu cordial bom dia. Quero cumprimentar a todas autoridades aqui presentes e parabenizar a nossa Deputada Epifânia por promover esse tão importante encontro, olhando e vendo a cada um de vocês companheiros, sei que cada um de vocês chegaram até aqui com intuito de um dia vocês verem a melhora para suas famílias, para os nossos filhos que nós já temos sofrido muito, mas nós acreditamos que um dia virá dias melhores para os nossos filhos, olhando aqui para Mesa e vendo as autoridades quero deixar a palavra e dizer as autoridades presentes que as escrituras sagradas diz que: “não há se quer uma autoridade que não seja constituída por Deus”. Olha autoridade presente, essa comunidade, está aqui esse povo de várias comunidades, representantes de várias comunidades estão aqui porque creem em dias melhores que virão, mais eles creem, principalmente, nas autoridades *aqui presentes*. *Quero deixar registrado aqui também a minha indignação* pelo fato de nós estarmos desassistidos ali no assentamento Gleba Iguiri, ali o assentamento Gideão, também o Terra Legal e o outro assentamento que é lá do barracão o Remansinho, e dizer que nós ali amargamos a falta de estradas para nós se deslocarmos e também para escoarmos nossa produção e também a falta de educação para os nossos filhos, ainda ontem mesmo o coletivo que foi ali para buscar os alunos não foi possível os alunos chegarem até a escola ali em Nova Califórnia, por motivo de uma ponte que caiu, eu acredito que é vergonhoso dizer que os nossos filhos hoje não tem capacidade de chegar à escola, dá o primeiro passo por desmotivação das autoridades, por descaso, eu reconheço que a dificuldade ali é tremenda, de difícil acesso, é longe do município de Lábrea, creio eu que por ironia do destino nós estamos aqui encontrando com Vossas Excelências, o Presidente da Câmara dos Vereadores do município de Lábrea, e me alegro muito em ter visto ele discursar e dizer que é o Vice-Prefeito, temos com certeza Vice-Prefeito, quatro anos para caminharmos juntos e prometo ao senhor que nós ali nos empenharemos a cobrar do senhor, se nós não nos conhecíamos quero dizer ao senhor que é um prazer nós nos conhecermos, é um prazer, porque doravante aqui nesse encontro promovido por Vossa Excelência a Deputada Epifânia, nós aqui atendemos e também todas autoridades presentes porque realmente nós necessitamos. Recentemente fundamos uma associação ali e eu dizia para os meus companheiros: “eu acredito que dias melhores virão, eu acredito em uma parceria, eu acredito que nós vamos gritar, pedir socorro e as autoridades vão ouvir”. Ali com o Gerente do IDAM, ali na Extrema, nós já conversamos e falamos em parceria e acredito, eu, Vossa Excelência Deputada Epifânia que não foi por ironia do destino,

mas é Deus que está atuando em seu coração, na sua vida em seu ser, a senhora tem assim um ser humano dentro, dentro de si, eu tenho certeza que a senhora tem família, e a senhora está vendo a necessidade das famílias que estão sofrendo e Deus ele tocou na senhora para fazer este encontro desta Audiência Pública e eu me sinto honrado em saber, porque ali nós falávamos: “quem vai nos defender, nós necessitamos conversar com alguém, nós fundamos uma Associação recém-criada, no dia 16 deste e nós precisamos encontrar com as autoridades”. E deixo aqui registrado o meu anseio e que dias melhores virão e nós cremos neste encontro, porque se não temos estradas, não temos escolas, e quero ressaltar ainda que tem uma escola sim ali dentro do assentamento, mas a professora ela está dando aula para os alunos da primeira a oitava; agora eu vou, nós sabemos que as autoridades, principalmente, a Defensoria Pública sabe, como é que uma criança vai aprender se da 5ª para frente nós temos vários professores e até a 8ª com um só professor? Não é demérito para professora ali de maneira nenhuma, eu acho uma vergonha sim para o Estado e para o Município do Amazonas. É esta a minha palavra e que Deus assim possa nos abençoar.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Obrigada Sr. Juvenal. Difícil não é? Uma educação que não tem valor nenhum, qualquer um que entrar na Justiça, não precisa nem entrar na Justiça, na verdade não tem valor. Quero aqui conceder a palavra ao Exmº. Sr. Valdinei Vital de Lima, Secretário Municipal de Educação de Lábrea.

O SR. VALDINEI VITAL DE LIMA – Bom dia a todos, Deputada Estadual Epifânia, na qual gostaria de pedir vênica para saudar os demais membros desta Mesa; e também as demais autoridades aqui presentes, todos os moradores do Assentamento da Região de Sul de Lábrea, Sul de Canutama, porque não dizer do Sul do Estado do Amazonas, no qual também gostaria de parabenizar a Deputada pela iniciativa e por hoje nos conceder a oportunidade de nos encontrarmos e a partir desse encontro que a gente possa firmar algumas parcerias para o bem estar das populações aqui presentes representantes dos municípios do nosso Estado. Nós tivemos a oportunidade de estar frente à Secretaria a partir do ano de 2009, a convite do Prefeito Jean, na sua reeleição e nós aceitamos o desafio; e no ano, naquele ano ainda por volta do mês de agosto, junto com o então Secretário Michel Cruz, hoje, Vice-Prefeito eleito no Município de Lábrea, nós fizemos uma visita ali à região do Projeto de Assentamento Gideão, para conhecer a realidade e a partir dali fazer um diagnóstico para iniciarmos um trabalho que futuramente vínhamos estar. Queremos só ressaltar aqui, eu acho que vale ressaltar que nós estamos encerrando as nossas atividades frente à Secretaria, pois o nosso Prefeito não é reeleito, então, agora dia 31, nós estamos encerrando nossas atividades frente a Secretaria. E recebendo o e-mail da Deputada Epifânia nós tivemos a preocupação, para mostrar o compromisso que nós temos com a educação e com a população do Sul do Estado, e em especial do Sul do Município de Lábrea. A gente procurou o Prefeito eleito, o Vereador Evaldo Gomes e de imediato ele convocou o vereador atual e Vice-Prefeito eleito, Michel Cruz;

assim também como o Vereador Edenir, para que nos acompanhasse, o convite foi a minha pessoa mais esse convite foi extensivo por quê? Porque nós entendemos que essa administração que vai está iniciando a partir do dia 01 de janeiro é quem deve ter conhecimento dessa realidade e a partir daí fazer um planejamento para atuar no decorrer dos quatros próximos anos e eu já ouvia da boca do prefeito eleito Evaldo Gomes, a preocupação e a convocação de uma equipe coordenada pelo prefeito, não sei se ele já falou para ele para que ele possa se dirigir ao Sul do município de Lábrea para fazer um levantamento minucioso da atual situação para que ele tenha conhecimento e a partir daí todas as políticas públicas, seja a educação, saúde, de infraestrutura de acesso possa está sendo feito esse diagnóstico e encaminhado até a mesa do Prefeito para que ele possa, a partir de 1º de janeiro, fazer um trabalho mais voltado, com atenção maior para essas comunidades. Mas como eu falava, naquela ocasião nós não tínhamos, naquela região do Gideão, no ramal do Remansinho, nenhum tipo de atendimento educacional. Eu gostei muito da fala da pessoa que me antecedeu, pois nos mostra essa realidade e como está a situação ali naquele assentamento. Pior ainda está a situação do Jequitibá, que nós não temos ainda nenhuma estrutura de educação ali dentro. Contamos com a parceria, com Secretaria de Educação do município de Porto Velho para que pegue nossos alunos do município de Lábrea e traga para estudar em Vista Alegre. Então contamos com essa parceria, o transporte, enfim, tudo. Eu penso que.., eu acho que a saída, a luz no fim do túnel é essa palavra aí, é a parceria. Nós precisamos só nos encontrar mais vezes para que a gente possa estreitar essas parcerias e trabalhar aquilo que a LDB fala, pelo menos entre os três entes federados, a Lei de Diretrizes de Base fala que haveria um regime de cooperação entre os três entes federados. Existiria uma lei complementar, depois 96, quando foi aprovado, 20 de dezembro de 1996, foi aprovado a Lei de Diretrizes de Base, que é a lei maior da educação do nosso país, que mais tarde ia se votar o que seria esse regime de colaboração. O que o Estado era o responsável, o que o município é responsável, o que o MEC, o Ministério da Educação, no caso da educação, era responsável que até hoje não foi votada essa lei complementar do regime de colaboração. Mas nós precisamos atuar de forma intersetorial não só nos entes federados ligados à educação, mas em outros setores, outras Secretarias para que a gente possa otimizar o recurso público e com isso a gente possa levar políticas públicas com mais qualidade. Já chegou a educação, mas precisa melhorar, como foi colocado aqui pelo nosso colega. Mas é importante ressaltar e mostrar o outro lado da moeda dos administradores e isso não justifica a falta do atendimento da política pública, mas pelo menos nós queremos mostrar o outro lado da moeda. Nós estamos num município, no caso Lábrea, com sessenta e nove mil quilômetros quadrados, com 12 rios. A via principal, a artéria principal o Rio Purus e os seus afluentes. E há uma população de trinta e nove mil habitantes, sendo essa, a metade, pelo menos, ou um pouco menos, convivendo na zona rural. Alguns quilômetros de ramais na BR-230 e na BR-364, com os assentamentos do Km 12, 24, 26, ali próximo de Lábrea, lá no PA Monte várias linhas ali na estrada de Boca do Acre a Rio Branco e aqui nessa região que vocês conhecem

muito bem, que é no caso que está sendo citado aqui. Isso faz com que o nosso trabalho se transforme numa operação de guerra para que ele venha acontecer. Para vocês terem uma ideia, agora mesmo nós estamos fazendo um levantamento, mesmo saindo da Secretaria, mas já estamos deixando o planejamento pronto para que o próximo Secretário já tenha em mãos essa questão do cardápio, o que vai ser servido, através da nutricionista para os nossos alunos, para que já venha cuidar do processo de licitação que tem o trâmite legal para adquirir os gêneros alimentícios. E o recurso repassado pelo Ministério da Educação é R\$ 0,30 por aluno, per capita. E esses R\$ 0,30, a empresa que ganhar, que fornecer esse gênero alimentício, ele vai entregar lá na sede do município, lá na Secretaria. O comerciante, a pessoa que ganhou entrega esse gênero na sede do município da Secretaria de Educação. Para que essa merenda chegue até o Remansinho, eu tenho que por ela numa balsa, no inverno, ela vai subir o Rio Purus até a cidade de Boca do Acre, vai gastar em média seis dias para isso, somente consegue no verão, depois vai pegar um caminhão, o senhor Manuel Balbino que é a pessoa, nosso contato, conseguimos um contato ali em Boca do Acre, que é a pessoa que nos dá uma assistência, pega no caminhão, leva de Boca do Acre até Rio Branco, de Rio Branco até chegar lá dentro do ramal, lá na escola. Eu sei que isso realmente é uma operação de guerra, quando se faz esse trabalho é muito complicado, mas que nós temos tentado. Eu penso que se avançamos muito pouco, mas a Secretaria não deixou de tentar buscar uma solução para os problemas. Encaminhamos um micro-ônibus escolar, agora, pelo Programa Caminho da Escola, lá para o assentamento no Sul de Lábrea, Remansinho e encaminhamos outro ônibus lá para o PA Monte, para o projeto de assentamento do Monte que fica ali mais próximo de Boca do Acre, para o transporte escolar. E as políticas públicas de todas as áreas, elas vão acontecendo paulatinamente, mas é importante que ela não pare, que ela vá acontecendo paulatinamente. E o que me alegra é que o prefeito eleito já tem essa intenção de ter esse diagnóstico na mão e a partir daí fazer um planejamento para que na agenda dos próximos cem dias, espero que seja, você já possa ter um impacto dessas políticas públicas na vida de vocês. Mas eu quero aqui deixar um desafio, estamos encerrando o nosso mandato frente a, estamos chegando, o nosso prefeito não foi reeleito, mas desejamos muita sorte para o prefeito eleito, que vai está assumindo o município a partir de 1º de janeiro. E dizer a vocês que não desistam dessa luta. Eu acho que foi um ponto até superimportante para a vitória, que eu penso que não está muito longe. Por que se vocês continuam calados, sofrendo lá dentro do ramal, nada disso estaria acontecendo, não estaria acontecendo Audiência Pública se vocês não tivessem procurado a Deputada Epifânia, que também quero parabenizar porque ela vai ao encontro das necessidades das pessoas, não só aguarda a demanda, mas, pelo relato, ela vai até lá, nós não estaríamos aqui discutindo políticas públicas de saúde, educação para melhoria da qualidade de vida de vocês. Então não desistam nesse primeiro momento, eu creio que a luta já é grande, vocês já têm uma luta, como a nossa colega colocou, há mais de 20 anos, mas não desistam que com certeza com o apoio incondicional do Ministério Público nós vamos conseguir,

com certeza, avançar e avançar cada vez mais. No mais eu gostaria de agradecer a oportunidade de poder estar aqui hoje na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e dizer que até o dia 31 de dezembro, já está muito próximo, mas enquanto eu estiver respondendo pela Secretaria de Educação, eu estou à disposição para ouvir as reclamações e tentar, a partir daí, buscar melhoria para a qualidade de ensino que é ministrado pelo nosso município. Muito obrigado e bom dia a todos.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Obrigado, Secretário. Fique tranquilo, aqui ninguém vai desistir não. Aqui a gente só está conseguindo mais adeptos para a luta. Eu queria convidar agora o senhor Adauto de Paula Pinto, integrante da Associação Ramal São Bernardo. Dizer que depois do senhor Adauto, nós ainda temos mais oito pessoas inscritas. São cinco representantes das comunidades e os três aqui da Mesa. Nós também queremos esclarecer que antes do início da Audiência nós conversamos com os representantes, tanto da BR-319 como da BR-364, para que elegeisse essas pessoas que já estão falando para que a gente pudesse, de uma maneira mais objetiva, otimizar o tempo para que a gente possa aqui sair com encaminhamento e a gente não se estender muito. Então, dizer para os próximos inscritos que o nosso tempo, são onze e meia, então o que a gente puder ser o mais objetivo possível, é importante. Com a palavra, senhor Adauto.

O SR. ADAUTO DE PAULA PINTO – Bom dia a todos e muito obrigado Excelentíssima Deputada pela senhora ter encaminhado isso, a senhora ter ouvido realmente as reivindicações das pessoas, dos unhas sujas e dos pés rachados. Nós somos os unhas sujas e os pés rachados, com orgulho. Esse orgulho faz com que percebamos o seguinte: há uma grande dificuldade de comunicação entre o Estado de Rondônia e o Estado do Amazonas. Essa dificuldade, eu acredito que vá continuar e nós estamos nessas Linhas nos atolando, nos quebrando, não conseguindo dar educação adequada, porque essa comunicação entre esses dois Estados é muito difícil. Existe a dificuldade da natureza, mas existe a dificuldade na natureza dos homens. E essas duas administrações, eu não sei porque cargas d'água, elas não conseguem ter uma conversa frente a frente. E nós que estamos nessas localidades, nós sabemos, nós sentimos, foi falado 20 anos, tem pessoas aí há mais de 20 anos. As estradas, quando são feitas, não são adequadas. Pensar em energia elétrica, saúde, educação, isso é mero diletantismo. Nós não temos estradas. Sem estradas não há produção, não há assistência técnica, não há nada. As pessoas se arrastam, as pessoas não conseguem fazer o que elas têm capacidade, o que elas têm vontade. Desta Audiência Pública, duas vezes coisas poderão acontecer, uma: nada. Como já foi dito, em 2008, 2007, houve uma reunião no 70, na BR-319, essa semente que a senhora falou que foi plantada, ela não germinou nada, ela não pariu nada aqui pode ser também um tudo, essa região nossa ela é imensa pega desde a fronteira da região com o Acre de Vista Alegre do Abunã, Nova Califórnia e vai até a Transamazônica, não sei se do começo da Transamazônica, ou de onde ela termina, mas podemos na verdade, eu acho que fazer alguma coisa sim, tudo, creio que não, mas o começo de algo. O fato de nós estarmos aqui nesta

Casa de Leis, aqui no Legislativo do Estado de Rondônia já é emblemático, já é alguma coisa. Então Deputada a sua iniciativa, eu acho assim, foi sarna para se coçar, e essa sarna para se coçar eu agradeço a senhora, outras pessoas que estão ao teu lado, a Maria Sílvia que está ali. Nós agradecemos também. Eu encerrando essa parte, eu acho que existe um diagnóstico que de uma certa maneira todo mundo necessita que é a saúde, que é a educação, mas fundamentalmente estrada, eu proponho algo: Nós estamos próximos, por exemplo: entre Porto Velho e Humaitá há uma localidade que se chama o 70, no 70, desculpe as pessoas que, por exemplo, estão em Lábrea, eu creio que o pessoal de Lábrea deve ter a sua voz também para um termo de ação de conduta. É importante que no 70, nós tenhamos alguma coisa, um embrião de alguma coisa, chama-se patrulha máquina, como vai se viabilizar isso, eu tenho algumas ideias, a questão da legalidade que precisa ser pensada assim, mas ao lado dessa legalidade tem outro princípio constitucional que é o princípio da moralidade. A moralidade pública não tem sido muito satisfatória nessas regiões, então no 70 pode ser um embrião de alguma coisa que atenda entre Porto Velho e Humaitá, são 200 quilômetros de extensão. Ali tem que haver uma patrulha máquina, uma patrulha mecanizada que vá responder também a questão de educação, questão de saúde. Então tem que ter algumas pessoas ali que respondam, que falem, que tenha a conversa com o poder público, seja de âmbito Municipal, ou Estadual, ou na questão da União. Mas há necessidade que algumas pessoas digam: - ó, aqui no 70 tem que ter alguma coisa palpável, por que senão nós vamos sair aqui de mãos abanando, nós, creio que esse é o primeiro passo. O primeiro passo que no 70 a gente já tenha alguma coisa entre Porto Velho e Humaitá. O Humaitá não está presente, mas o Humaitá, eu acho que possa se representar, ela possa num segundo momento, estar dizendo: - olha, o quê eu posso fazer? Tem recurso do Estado de Rondônia? Tem, esse é o ponto Deputada, porque senão nós vamos ficar frustrados mais uma vez. Eu estou ali há quase seis anos, então a gente se arrasta, a gente perde dinheiro, perde tempo, é o desgaste físico, é desgaste enorme. Quando vem um Estado muitas das vezes, vem para multar, daí quando aparece vem SEDAM, ou vem o IBAMA, vem com o poder punitivo, mas para dar a mão para auxiliar, é muito pouco, é muito pouco, para punir é grande, mas para ajudar é pouco demais, e muitas vezes as pessoas teorizam sobre ar condicionado numa salinha muito boa, mas quando pega nessas linhas aí, que se produz alguma coisa, ninguém quer aparecer. Eu acho que agora é hora de aparecer mesmo queira Deus. É só isso que eu tenho a dizer.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Obrigada seu Adauto, eu tive a oportunidade de ir lá no Ramal São Bernardo, com a Maria, não é Maria? E a Maria, eu cheguei lá para fazer uma visita e de repente quando eu olhei para o lado estava cercada lá, tinha um monte de gente. Mas o seu Adauto tem razão, eu graças a Deus eu tenho uma forma política de ir até os lugares, e lá a gente, não só lá, mas nos outros lugares a gente teve oportunidade de ver o que estava acontecendo. Eu espero que de fato a gente possa dar um encaminhamento, como eu disse assim, eu disse aqui, que é um espaço legítimo,

um espaço do povo que é um momento da gente dar visibilidade. E de todas as autoridades que estão aqui, eu agradeço imensamente, é importante a participação de todos, mas eu creio que a mais importante além da de vocês é o Ministério Público, como já foi dito aqui. Então ter a presença do Ministério Público para mim alegra muito e nos dá aí uma luz, de a gente tentar chamar as outras autoridades num outro momento e a gente conduzir esse processo. Então seu Adauto eu creio que a gente tem a possibilidade de não ficar frustrado, a nossa luta é grande, a caminhada é grande, mas nós temos aí uma forma de poder conduzir esse processo. E eu quero convidar agora o Pastor Manoel Carlos, Presidente da Comunidade Assoanópolis, da BR-319, quilômetro 72.

O SR. MANOEL CARLOS – Muito bem, a paz do Senhor para os irmãos e um bom dia de salvação para todos. Para mim também é um prazer estar aqui presente nesta reunião. E quero assim louvar a Deus por esse momento, eu quero dizer aqui para a nossa Deputada que isso que está acontecendo hoje é o resultado de orações, porque temos orado e pedido para Deus levantar alguém que possa nos encaminhar as pessoas que possam nos atender e nos assistir. Eu estou morando ali naquela comunidade já vai fazer cinco anos, dia 13 de janeiro, mas a gente já consegue sentir todas as dores de todos os anos que as pessoas têm sofrido naquele lugar. Eu sendo Pastor, eu até pensava no meu conceito de pastor que eu não deveria sair como Presidente da Associação, mas quando Deus cobra, diz alguém tem que se levantar para lutar, para se juntar com outras pessoas para lutar em prol da comunidade, então chegamos a esse objetivo. Alguém nos procurou e nós conversamos com a nossas autoridades eclesiásticas maiores, que estão mais elevadas que a gente e eles concordaram. Por isso nós abraçamos essa causa e temos algumas aqui reivindicações a apresentar. Bom seria se tivesse os nossos representantes de Canutama, mas infelizmente, até nesse ponto dá para ver o quanto nós somos bem representados naquele lugar onde nós estamos. Se for procurar não sei se tem alguém aqui, se tiver, não tem um representante lá da cidade de Canutama neste Lugar, poderia ter aqui, aqui temos de Lábrea, nossos amigos, aqui eleito o Vice-prefeito que é o Presidente atual da Câmara, ali em Lábrea. Também temos o outro representante. Mas nós não temos um representante de lá, o quanto nós somos atendidos, poderia ter alguém aqui para poder ouvir a gente que estamos nessa situação. Mas tudo bem, não tendo, mas nós estamos aqui, o importante é que cada um dos nossos companheiros, estão aqui Tatiane a Maria Silvia e outros, meu Vice-presidente que é o Amauri e os demais companheiros, os pecuaristas daquela área, alguns sitiantes também que estão presente aqui. Estamos aqui diante das autoridades, aqui a nossa doutora aqui que está representando o Ministério Público, isso já é importante nós falarmos. Estamos aqui com algumas reivindicações, estamos naquela comunidade, à comunidade ela está situada no KM-72, onde até hoje ainda nós estamos, aquela comunidade tem crescido sim, mas nós estamos em cima de uma área particular onde está o dono da propriedade que é o Antônio Molinário que está aqui, ele sabe disso, nós já conversamos a respeito disso, já procurou as autoridades, ali no Canutama para ver se

procurava legalizar essa área e foi rejeitado, não abraçaram a causa com ele. Nós conversamos, então é uma das nossas reivindicações é essa. Então somos uma comunidade formada com bastante habitantes, mas, estamos em cima de uma área particular a onde ninguém abraçou a causa de desmembrar a área da nossa comunidade. Não somos registrados como, não temos o direito de ter nossa residência registrada pelo município, vamos dizer assim como as demais comunidades têm. Estamos ali, o documento que nós temos ali é o documento passado do proprietário dos terrenos que compramos ali naquele lugar e estamos construindo aquela comunidade e também ali o talão de luz que hoje nós temos, é o endereço que nós temos ali, é o documento que nós temos de residência, é uma das coisas. Outra é a questão da água, a comunidade tem crescido, temos dois poços artesianos lá, mas não temos a rede de água para poder levar a água a todos os moradores da comunidade, e é uma calamidade nessa parte meus irmãos. Outra é a saúde como já foi falado aqui pela Professora Tatiane, temos sim um médico que vai ali, mas vai fazer aquele atendimento rápido, corrido e incompleto, porque na verdade só deixa o pessoal ali a ficar desejando ali uma assistência melhor e nunca chega a melhor, e precisamos sim, de assistência médica naquele lugar e para isso funcionar bem é necessário nós termos um posto de saúde naquele lugar com atendimento médico, com enfermeiros naquele lugar e também uma ambulância porque tem acontecido tantos casos lá de urgência e nós não temos assim como socorrer as pessoas, as pessoas tem morrido até mesmo por falta de ter um atendimento, uma ambulância naquele lugar para poder pelo menos deslocar e chegar aqui a tempo para prestar socorro as pessoas. Sempre quem tem prestado socorro ali naquele lugar com seu veículo alguns moradores dali mesmo, como ai o irmão Amauri que está conosco tem dado essa força nessa parte e outros também que tem pegado de seu recurso, seu próprio veículo e feito esse trabalho. Queridos, é uma situação muito precária, então nós dependemos disso. Na educação já foi falado também, nós precisamos de uma assistência, ou seja, de recursos onde nossos professores, alguns de nossos professores possam cumprir com suas cargas horárias de aulas, porque isso de uma certa forma tem dificultado sim aos nossos filhos naquele lugar, mas falta isso, falta dedicação, atenção dos maiores, daqueles que estão no poder que poderia muito bem solucionar isso, porque como já foi falado nossos professores, alguns tem que sair daqui para dar aula lá, porque na verdade o salário de um professor já não é grande coisa e se ele ficar lá só dando aula com uma cadeira ele vai passar fome, não vai ser fácil, então alguns tem que dar aula aqui, sair daqui e dar aula lá, e com isso nós acabamos assim sendo um pouco prejudicados. Então a gente precisa um pouco mais de atenção. A outra parte é o meio ambiente, a nossa comunidade tem crescido, então nós precisamos ai na área de meio ambiente a melhora das condições de saneamento básico como as nossas ruas, melhora das nossas ruas, a questão do lixo daquela comunidade porque já está acumulando e ninguém tem dado atenção para isso, está ai uma coisa que tem que ter zelo, tem que ser zelado e o lixo vai se acumulando, alguns tem que jogar para ali, jogar para ali, e depois, como foi falado, as cobranças vem, mas ai aqueles que são levantados para

poder trazer assistência para a comunidade não aparecem, meus irmãos, então eu deixo essa reivindicação também a respeito do meio ambiente. E os direitos humanos também. Quero falar um pouco de direitos humanos daquele lugar. Nós estamos ali acompanhando aquele trabalho, não tem sido fácil, hoje pela graça de Deus a gente orando muito, pagando o preço, as coisas tem assim melhorado, mas tem coisas que eu como pastor não posso fazer, alguém que foi levantado para uma certa área ele tem que levantar e exercer a função dele para poder melhorar. Então nós precisamos ali sim, de programas que atendam a mulher, que atenda a criança, nossos adolescentes, os idosos daquele lugar, e também um representante ali, vamos dizer assim, de assistência social que possa dar uma assistência nessa parte daquela comunidade, que falta. Nossos adolescentes hoje já estão lá bebendo, já estão lá fumando, outros até se drogando numa comunidade ainda pequena por falta de atendimento, por falta de assistência de alguém que possa assistir e até orientar essas pessoas. E outra coisa que nós queremos dizer é a segurança, nós temos assim um policiamento, temos uma viatura lá naquele lugar com policiais, mas nós não temos o posto para os policiais ficarem, até eu estava conversando com alguns policiais esses dias: "rapaz, tem coisas que a gente não pode nem resolver aqui, porque, a gente está só orientando porque não tem um posto onde a gente possa pegar o cidadão e encaminhar ele para ali", então há essa dificuldade também na segurança, é uma reivindicação que nós precisamos. E outra é o telefone, temos um orelhão lá que só a misericórdia, só a graça de Deus, quando eu telefone de lá, quando alguém me ouve daqui eu não ouço o que ele fala lá, quando alguém telefona daqui as vezes ele me ouve o que eu estou falando mas eu não escuto ele, aí fica aquele problema da falta de comunicação e não é tão longe daqui, não é tão difícil, tão grande o quanto não possa de repente resolver ou solucionar. Eu deixo essas reivindicações, meus queridos, e quero agradecer de coração o esforço, o empenho da senhora minha querida Deputada e a presença de todas autoridades, da nossa querida aqui doutora, e que alguém possa verdadeiramente abraçar essa causa junto conosco, eu sei que já estão abraçados já, Deus está levantando as pessoas para poder nos dar um atendimento melhor aquele lugar e como falou nosso irmão, eu também creio sim dias melhores, é o que a gente tem falado naquele lugar, eu creio que Deus há de usar pessoas certas, pessoas que tenham coração de carne que possam sentir a dor do outro, a dor do próximo, meus irmãos, eu acredito nisso e podem ter certeza que nós já estamos juntos para nós batalharmos, nós reivindicarmos junto com nossos companheiros, os demais da região que estão aqui. Que Deus abençoe a todos e vamos continuar batalhando porque eu creio que Deus há de abençoar esse trabalho que está sendo iniciado aqui. Que Deus abençoe. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Epifânia Barbosa) - Obrigada pastor presidente da comunidade. Esse caso da telefonia é uma segunda parte já, mas aproveitar a oportunidade aqui que o pastor tocou no assunto, no dia 4, agora de dezembro nós também teremos uma outra audiência pública para discutir essa questão primeiro da telefonia celular móvel nas comunidades,

principalmente, nos distritos aonde não tem esse serviço ainda, e o município de Itapuã do Oeste que também não tem, e as agências bancárias que também é um outro tema, doutora, que nós temos as comunidades que muitas das vezes não tem esse atendimento em tempo hábil, não tem desenvolvimento econômico, não tem trabalhadores que queiram morar lá que tenha qualificação porque não tem sequer uma agência bancária ou um telefone onde ele possa se comunicar com sua família, então desde já a gente já deixa o convite para o dia 04, às 09:00 horas da manhã aqui neste plenário também, nós estaremos realizando essa outra audiência pública. Eu concedo a palavra agora a Exm^a. Sra. Maria de Fátima, Secretária Municipal de Educação de Porto Velho, neste ato também representando o prefeito Roberto Sobrinho.

A SRA. MARIA DE FÁTIMA FERREIRA – Bem, bom dia a todos e todas. Para mim também é um grande prazer estar aqui nesta audiência pública. Quero inicialmente parabenizar a Deputada Epifânia Barbosa pela iniciativa e também todas autoridades presentes em seu nome que estão aqui conosco neste trabalho tão importante que precisa, não é Tatiana? Precisa que essa semente com certeza germine. Também quero parabenizar a todas as pessoas que vieram das suas comunidades e aí eu vou falar em nome do meu companheiro, amigo, professor Valmir, diretor da nossa escola em Vista Alegre do Abunã, que junto conosco também é conhecedor de todas as dificuldades que acontecem com essas comunidades que estão aí ao longo de todos esses anos. Eu quero primeiro falar desse conhecimento, dessa realidade, eu acho importante, e aí Epifânia que você venha puxar essa discussão porque realmente você conhece o que acontece em todos os lugares desse município de Porto Velho, é muito importante quando um administrador seja ele o gestor como no meu caso da educação, seja o secretário de saúde, seja um parlamentar, vereador, ou deputado, ou deputada, esteja junto com a comunidade, presente lá dentro da sua realidade para que possa tomar iniciativas dessa forma como estamos aqui hoje, e você Epifânia, você é uma pessoa que sempre esteve presente em todos os lugares deste município, então falar em Jequitibá, falar em Califórnia, falar no Mucum, em qualquer lugar que vocês pensarem nós temos aí um conhecimento dessa região, e aí para isso, para que a gente possa avançar nas políticas públicas é muito importante que nós tenhamos esse conhecimento, e isso eu tenho certeza que uma boa parte das pessoas que estão aqui hoje nessa Mesa e a pessoa que puxou esse debate que é a Epifânia, ela tem esse conhecimento, então acho que é um ponto fundamental para nós. Segundo, a gente fala um pouco da educação que é a área que a gente trabalha há muitos anos, eu toda a minha carreira, toda a minha vida profissional é dedicada a educação do município de Porto Velho, e aí Secretário, de fato fazer educação em Estados da região Norte não é fácil, em municípios da região Norte não é fácil, fazer educação, e aí eu não vou falar do Amazonas, eu vou falar de Porto Velho que é o que eu conheço, fazer educação em Porto Velho não é fácil porque nós temos uma extensão de quase 200 quilômetros de rio daqui até a última comunidade no rio Machado descendo o Madeira e temos quase, mais de 350 km de BR que é a 364, e mais cento e

poucos quilômetros na BR-319, são muitos lugares de difícil acesso, estradas e aí eu concordo com todas as pessoas que estão aqui falando da questão das estradas. Eu estive esse final de semana em reuniões, lá em Vista Alegre do Abunã, Extrema, nós chegamos domingo, saímos de lá não é Valmir? Saímos de lá já era dez horas da noite sábado, e uma das coisas que eu falei para a comunidade é a importância da valorização do produtor rural. Nós precisamos valorizar essas pessoas porque é de lá que sai a nossa comida do dia a dia, é de lá que vem os produtos para nossa mesa, então nós temos que valorizar essas pessoas. E nós da educação precisamos que muitos dos serviços Dra. Vera, a senhora sabe, que a senhora acompanha nosso trabalho também chegue para que a educação aconteça, sem estrada não tem educação na zona rural gente, não tem e quando tem é com muita dificuldade, vocês sabem mais do que eu. Ah! Secretária o ônibus quebrou! Não chegou! Os nossos filhos ficaram até dez horas da noite na beira da estrada, vocês acham que a gente gosta disso? Claro que não! Nós somos mães, nós somos professores e nós queremos que nossas crianças tenham uma educação de qualidade, e a gente trabalha para isso. E aí quando a gente depara com uma situação como essa hoje que já é de muitos anos, e a gente participa desse processo a Deputada Epifânia, que passou e fez um bellissimo trabalho na Secretaria de Educação e a gente deu continuidade a esse trabalho, a gente acompanha esse trabalho jacaré, há muito tempo, eu fico muito feliz que hoje a gente está aqui debatendo isso para que a gente consiga não só discutir, mas achar caminhos para resolver esse problema. Em relação ainda a educação, nós de fato, o nosso vice-prefeito eleito aí Michel, a gente atua, a gente ajuda, a gente colabora, a gente contribui para que os alunos do Amazonas tenham educação, essa é a nossa missão, a gente não pode se negar, a comunidade ela está muito próxima de Porto Velho, somos nós que vamos lá e conversamos com a comunidade, então a gente não se priva de fazer esse serviço, porém muitas das vezes esse serviço não é o ideal por quê? Porque às vezes as crianças precisam se deslocar muito tempo dentro de um ônibus, muito tempo dentro de uma voadeira e isso poderia ser minimizado se esse serviço fosse feito pelo Estado do Amazonas. Eu sei que nós temos problemas, vocês tem dificuldade porque a grandeza do Estado do Amazonas, no município de Canutama, e do município de Lábrea também é muito grande, mas nós precisamos avançar Secretário, eu espero que o senhor continue aí contribuindo com a sua experiência, com seu conhecimento. O nosso vice-prefeito, eu fico muito feliz que você esteja aqui conosco para que possa assumir esse compromisso com a comunidade, e nós, hoje, nós estamos dentro da gestão do Prefeito Roberto Sobrinho, nós trabalhamos muito para que a educação do Município de Porto Velho melhorasse, e nós temos a plena certeza que isso aconteceu, as nossas escolas desculpa falar, mas as qualidades das escolas do município não se comparam ao quadro que nós infelizmente tivemos que assistir hoje, as nossas escolas, são escolas de altíssimo padrão podem visitar escolas da área rural de Porto Velho, os mesmos equipamentos, a mesma estrutura que tem a cidade de Porto Velho na sua área urbana, nós também implantamos na área rural. Vamos a Vista Alegre do Abunã, vimos em Extrema, são escolas novas reformadas e aí

eu tenho certeza que tem pais aqui que seus filhos estudam nessas escolas. Mas, nós precisamos fazer muito mais do que isso, nós precisamos não dar só condição para o nosso aluno estudar, mas, nós precisamos dar condições para que eles cheguem à escola e uma dessas condições com certeza é a estrada e outros serviços necessários. Aí vêm toda uma preocupação que foi falada da questão de ações voltadas para a juventude, ações voltadas para as mulheres; no município de Porto Velho, nós temos esses serviços com a coordenadoria da juventude, a coordenadoria de mulheres, mas eu sei que em outros municípios a gente precisa avançar nessas questões. E para encerrar eu também lamento muito Deputada, que a senhora não tenha, que nós não tenhamos êxito com a presença dos representantes de Canutama, isso é muito ruim para a gente, mas eu espero que esse momento que é um momento importante para essas pessoas da comunidade, ele tenha validade, ele chegue lá, não só nas mentes das pessoas, as autoridades de Canutama, mas também nos corações porque a gente sabe que quando a gente precisa fazer uma coisa, a gente acredita que pode fazer não é só a nossa mente que tem que funcionar, o nosso coração também. E eu quero encerrar a minha fala dizendo que vocês comunidades que participam diretamente dessa ação, vocês que são as principais pessoas que defendem uma política diferente, a Deputada Epifânia Barbosa, e as demais autoridades que estão aqui nessa Mesa que podem contar comigo no próximo ano, a gente encerra o exercício da Secretaria Municipal de Educação junto com o Prefeito Roberto Sobrinho, até dia 31 de dezembro, mas a partir do dia 01 de janeiro, a Fatinha é vereadora do município de Porto Velho, e estará à disposição das comunidades como sempre estivemos para que nós possamos avançar nesse debate com o próximo prefeito Mauro, para que ele possa ir junto com o prefeito de Canutama e o prefeito de Lábrea para que a gente avance nesse debate. Muito obrigada e um bom dia a todos.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Obrigada secretária é bom já contar com a vereadora no próximo ano, isso já nos alegra ainda mais. Só para complementar aqui a fala da Fatinha, eu registro como autoridade Maria de Fátima, mas é a nossa Fatinha. Lembrar aqui que na questão das estradas também, a Regina está aqui, a Meire ainda pouco estava lembrando que o município de Porto Velho, Dra. também fez as linhas Transpuras, a linha 7, a 17, a 22, a 33, a 42, a 44 e a 70 que não são de Porto Velho, e a gente terminou fazendo e ainda assim a Regina, levou muita esculhambação porque não fez as outras, mas quando foi para fazer as outras já não dava mais, o pessoal já estava lá para fazer a fiscalização e não foi mais possível, mas ainda assim a gente terminou fazendo. Nós também aqui, nós não convidamos mais a gente nem colocou como o tema central porque a gente vai entrar numa outra, é a mesma discussão, mas também num território mais abrangente ainda, nós temos a linha eletrônica lá em Nova Califórnia, que quem fez toda a linha também foi o município de Porto Velho, mas a gente teve que sair de lá praticamente correndo, eu digo a gente porque na época de 2010, começo, de 2010 eu estava como vereadora e lá trabalhando com a prefeitura e chegou o pessoal já fiscalizando

porque a gente estava entrando na região do Acre, de Rio Branco, então nós não poderíamos, mas como é que eu ia fazer só a metade e não fazer outra metade. Mas a gente conseguiu concluir, mas já foi assim uma correria danada. E tem as questões da educação também que a gente na verdade só estava fazendo por conta do transporte. Enfim, depois nós temos um outro debate aqui que é a região Dra. de Guajará-Mirim com a Bolívia e vai entrar um pouco nessa questão aí do Amazonas, problema não os falta. Eu vou convidar agora também, concedo a palavra ao senhor James Silva de Melo, Presidente da Associação do Mapinguazul, é isso? Ah! É o Antônio.

O SR. JAMES SILVA DE MELO – Bom dia a todos, em especial a todos os agricultores que saíram de suas casas, dos seus lares para está aqui acompanhando esse debate, vamos dizer assim, na pessoa do senhor Mucuíba, fazedor de ponte, consertador de estradas junto com os demais eu os saúdo com um bom dia, e assim também como na pessoa da autoridade máxima hoje aqui representada Deputada Epifânia, sintam-se todos cumprimentados. Bom dia!. Meu nome é James Silva de Melo, Presidente atual hoje da Associação Mapinguazul, porque é a junção das duas glebas Água Azul, e Mapinguari, então estamos aqui hoje representando diversas associações dentre elas a linha Transpurus a 7, a 17, a 8, e adjacências. Senhores a minha fala vai ser completamente diferente de um pouco que já foi falado aqui porque todas as causas já foram levantadas. Então eu quero me dirigir já primeiro diretamente as autoridades aqui, lembrando que independente do lugar que moramos ou de onde nosso título está registrado somos todos brasileiros. Com relação as dificuldades que os senhores falaram, eu quero dizer o seguinte: principalmente, o senhor que representa Lábrea, é uma satisfação está aqui, eu estou aqui á trinta anos, sou filho da terra, sou o primeiro ou último morador da Linha 17, a beira do Rio Mucuí, e até hoje passaram-se governos e ninguém conseguiu me apresentar um mapa onde legitimamente esteja lá definido um marco onde é a Amazonas e onde é Rondônia, e por isso cada governo que se passa uns começam e outros não terminam e por isso essa dificuldade. Então quando falaram do limite do rio Mucuí, eu fiquei até muito feliz porque então todo resto é Rondônia acabou o problema, Rondônia pode atuar lá que o Ministério Público não vai atuar, certo? Mas nós temos outro problema se é União a quem pertence agora o Parque Nacional Mapinguari? Porque nos estamos em torno deste Parque, embora o contorno da BR-319, Lábrea ainda tem um privilégio que nós temos acesso através de uma estrada que no período chuvoso conseguimos chegar lá. Mas, infelizmente amados, Canutama nem acesso tem, é só de barco ou de avião, são dois dias de barco ou então freta-se um avião e vai pra lá. São 30 anos ouvindo mandatos e mandatos iniciado projetos, fala-se em Seminários e nada se faz. Por quê? Porque quem começa quem é eleito independente da capacidade das leis de tudo que tem que ser cumprido, tem que haver força de vontade, a vontade política, vontade política no coração e de fazer chegar todas as leis que são criadas sem consulta ao pequeno produtor, sabe são feitas redigidas sem consulta, sem ver a realidade é por isso que não funciona. Hoje em pleno século XXI, como é que o senhor vai deslocar uma merenda de barco, uma logística de seis dias,

não tem como. Agora como é que nos vamos cobrar de um município, não de Lábrea, eu posso falar de Canutama onde há praticamente 6.000mil eleitores e nós estamos falando deste entorno da BR-319, aqui de 6.000mil famílias. Nós estamos falando de um rebanho de gados de 22.000 mil cabeças registrado em Rondônia e vacinadas segundo ultimo senso aqui do IDARON. Estamos falando de economia, estamos falando de comida na mesa das pessoas e que infelizmente, as autoridades competentes não estão dando importância necessária para que isso aconteça. Então senhoras e senhores independente do que sai daqui, eu quero louvar pela atitude da Deputada Epifânia que assim como outros tenha a sensibilidade de ir ate os lugares e não poderia de deixar de citar o nome do Deputado Ribamar Araujo que sempre esteve conosco e outros também que não estão aqui, mas que com certeza abraça essa causa. Uma Audiência Pública é notória saber que nós existimos, sabe sim, se nós existimos sim, porque esses recursos que a Deputada Epifânia tão bem colocou que vem para União, e a economia que gera a movimentação econômica da nossa produção, das nossas lavouras dos nossos rebanhos? Está com Rondônia. E a Rondônia nós deveram agradecer o esforço especial a Porto Velho, através da SEMOB, da Dra Regina, que até aqui agora estava presente, que apesar das dificuldades tem tentado nos ajudar, mas é preciso que as autoridades entendem que se o mecanismo hoje não atende a comunidade ele tem que ser mudado, porque a realidade é outra, a cada ano que se passa os usos e costumes evolui. Então não vamos ficar preso ao passado na tentativa do que já foi tentado fazer e não dar certo, porque a lei não permite, se a lei não permite vamos fazer com que ela permita, vamos legalizar porque o povo esta carente não aguenta mais, são trinta anos. Eu particularmente hoje sou, sou peão doutor. Mas eu tive que sai de lá porque senão iria morrer de fome. E se hoje vocês forem consultar essas famílias de agricultores vocês vão ver que sempre tem uma ajuda de alguém da cidade, porque o período do inverno ninguém consegue tirar nada. Meu pai morreu com um sonho, ter uma grande fazenda, não conseguiu, por causa que as pessoas que foram eleitas a qual nos acreditamos não tiveram coragem de mudar. E volto a dizer nós temos que hoje nos organizar se Associações existem de fato e de direito, elas hoje elas tem representação legal, os órgãos existem para nos receber sem muita emoção, mas com realidade e se existe hoje lei, existem marcos que eles sejam definidos e que nós, a população, os ribeirinhos, os agricultores que estão lá à mercê de toda a sorte, então, nós precisamos saber desses limites para saber até onde nós vamos, realmente. Poxa, Lábrea que está aqui e tem acesso de estrada, embora com dificuldade, está lá no Norte de Rondônia e Sul do Amazonas, e Canutama que nem se chega, por que é que isso existe? Será que não seria a hora de rever esses conceitos e essas divisões demográficas do que é Rondônia e o que não é? Eu agradeço e peço essa reflexão, que tenhamos mais ousadia para mudar, realmente, e não apenas tornar dessa oportunidade em oportunismo. Que pensemos e resolvamos como um todo a situação, porque as dificuldades são iguais para todos. Muito obrigado. Agradeço a oportunidade.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA – Obrigado James. Só acrescentar aqui que nós temos, ainda, outro fator que a gente nem tocou, porque são tantos problemas, que nós temos, aí, Doutora também a balsa, e a balsa, aí, quando ela estiver funcionando, não sei quem transita ali já viu aquele monte de loteamento, é outra situação ali que já tem empresas que já compraram propriedades, já terão condomínios, algumas famílias já estão loteando suas áreas ali, aquilo ali vai se transformar, também. E aí eu não sei como é que a gente vai cruzar a ponte e vai continuar sendo Porto Velho, vai ser Canutama? E, aí, os nossos problemas eles vão se avolumando e a gente vai precisar chegar também a uma solução.

O Genair pediu para eu perguntar aqui, para vocês se tem alguém aqui que participa do Território da Cidadania do Amazonas? Não? Eu convido agora o senhor Jânio Rodrigues, Presidente da Associação Asproazul.

O SR. JÂNIO RODRIGUES – Bom dia, senhores. É com prazer que eu, também, estou aqui e com tristeza para falar da Região Sul, de Canutama. Muitos aqui já falaram, e acredito que nós vamos falar muito, ainda, e pouco vai se resolver até que nós possamos trocar os nossos Governantes dos nossos municípios. Também não vamos falar desse de trocar Prefeito porque nós trabalhamos e perdemos a eleição e acredito que nós teríamos um futuro melhor e acredito, também, que nós seríamos melhor representados com um novo Prefeito. E, a nossa região, ela foi tomada por um Parque chamado Parque Nacional Mapinguari e nós temos esse problema, também. Muitos aqui têm seus problemas para serem resolvidos e não se conseguem, deles tem processos rodando lá no CMBio e nada se resolve, e a Região ficou perdida, acredito que Lábrea também, Lábrea também foi tomada, um grande pedaço de Lábrea foi tomado. E eu gostaria de perguntar para a nossa representante do Ministério Público, aqui, a Doutora Vera, não é Doutora Vera? A senhora até vai falar depois, se nós, o que nós poderíamos fazer para nós vermos a cor desse dinheiro circulando na nossa região, como é que nós faríamos pelo meio Jurídico legal, porque hoje eu acredito que nós temos um direito constituído. Porque nós temos, aqui feito pelo censo do IBGE, nós temos cinco mil pessoas na região Sul de Canutama. Não é isso, Maria? cinco mil pessoas? Nós temos cinco mil pessoas, hoje, cadastradas na região de Canutama que está aqui na Região Sul de Canutama. Eu acredito que nós teríamos uma parte desse FPM Fundo de Participação dos Municípios. E como é que nós faríamos para rever este dinheiro, porque ele não chega aqui, ele não é apresentado ao povo que ali mora, através de estradas, através de nada, nós não temos esse recurso. Tanto que o Prefeito trabalhou isso na cidade e aqui ele perdeu a eleição e ele não se importa com a nossa Região. Nós teríamos que fazer de alguma forma aparecer esse dinheiro para que nós pudéssemos fazer as nossas estradas, porque é o que nós queremos, aqui. A maior parte desse povo aqui hoje tem isso, que são as nossas estradas. A Educação, a Segurança ela faz parte, mas se nós não tivermos a estrada não vamos chegar a lugar nenhum, e nós precisamos dela, principalmente, a estrada. E depois o sistema da gente produzir que também é falho, o sistema de produção o governo dá, ele dá, nós temos a Terra, ele diz que nós podemos plantar, mas como é que nós

vamos plantar se nós não podemos queimar, nós não podemos fazer nada, aí, nós teríamos que ter essa viabilidade. Não é esse o caso também dessa Audiência, acredito que a Mapinguari também vai ficar fora desse processo, viu Bacabal? A Gleba Mapinguari vai ficar fora desse negócio, o Parque Nacional Mapinguari não vai ser discutido, aqui, porque ele tomou o Parque de Canutama, mas ele não está, acredito que não vai fazer parte aqui. E eu queria depois que a Doutora Vera desse a explicação para a gente é o que eu queria e o que eu quero que ela diga se nós temos a condição de rever a cor desse dinheiro circulando no nosso município, como é que nós faríamos esse processo via Ministério Público, porque de outra maneira nós não vamos ver durante este Governo, que aí vai estar nestes quatro anos. E, a senhora pode falar isso para a gente, são essas as minhas palavras, eu tenho muito para falar, mas tem mais gente que tem mais para falar e nós não vamos tomar muito tempo com isso. Obrigado, gente. E eu agradeço a todos vocês.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Obrigada, Jânio.

Convidar o senhor Itamar de Oliveira Penha da Associação ALPRA de Vista Alegre do Abunã. Depois do senhor Itamar tem a Maria Silva e depois a gente já segue aqui para os encaminhamentos da Mesa. Está bom?

O SR. ITAMAR DE OLIVEIRA PENHA – Bom dia a todos. Eu sou de Vista Alegre do Abunã, mas eu moro dentro do Estado do Amazonas. Obrigado toda essa mesada que está aqui no Estado de Rondônia. Eu sou um agricultor e toda a vida só trabalhei sobre lavouras, vim do Estado do Paraná, vim para Rondônia, estou dentro do Estado do Amazonas. Eu sou um agricultor, inclusive, eu tenho a minha lavoura e eu estou sem acesso à estrada, esse ano eu colhi uma média de 50 sacas de feijão e não pude vender porque não tinha estrada. Eu fui um cara, agora tenho um carreador, foi pago do meu dinheiro, vendi uns porquinhos que eu tinha, umas galinhas para eu chegar lá, em uma estradinha. Eu colhia arroz, minhas pilhas de arroz foram tudo jogado para as galinhas, toda a vida eu fui agricultor, desde o Paraná, vim para Rondônia fiquei 20 anos em Rondônia, eu tenho saudade daquela época da CIBRAZEM, do tempo do Teixeira. Ele tinha a CIBRAZEM e a gente fazia, os caminhões vinham e carregavam. Hoje os nossos produtos castanha, nossa castanha da Amazônia que é a coisa mais rica que temos, por enquanto, e o gado. Nossa castanha está indo para outro país estrangeiro, para a Bolívia. Por que o Estado da Amazônia e de Rondônia não entra em contato os dois e fazem uma Associação do produtor, ali, uma Cooperativa para as castanhas ficarem na região, dar emprego para aquele pessoal, viu Fatinha? Você e a Deputada Epifânia e demais autoridade da Amazônia que está presente aqui, eu sou um produtor, Vossa Excelência desculpa que a gente não sabe conversar, a gente não estudou para isso, aí, a gente sabe é trabalhar. Tá bom? Muito obrigado.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Obrigada, senhor Itamar. O senhor fala muito bem, não se preocupe com isso, não. O importante é a gente falar, expressar, a gente fala bem quando a gente é entendido, e todo mundo entendeu,

não é isso? Então eu vou convidar, aqui, a dona Maria Silva Costa de Almeida, Presidente da ASCOMAN.

A SRA. MARIA SILVA COSTA DE ALMEIDA – Bom dia a todos. Quero cumprimentar a Mesa, Deputada Epifânia, Doutora Vera, Fatinha, o nosso Secretário da EMATER, o Secretário da Educação e o nosso vice Prefeito de Lábrea. Saiba que eu conheço a sua região. Eu gostaria aqui de saudar toda a nossa Comunidade que está, aqui, deixaram de estar em suas casas para vir assistir aqui esta Audiência Pública, a finalidade é de buscar algo para alguma coisa para a sua região, para a nossa região. O que acontece? A nossa região Sul de Canutama é abandonada total. Eu vou citar, aqui, alguns temas, alguns tópicos que tenho aqui e depois a gente. Eu tenho aqui no dia, em 2008, nós fomos a Manaus porque tinha uma Audiência Pública no Careiro, ali nós fomos para lá, chegamos lá, eu saí daqui com a ajuda dos nossos colegas de outra associação, a gente foi, porque eu dizia assim para eles: tudo bem, nós temos de aparecer porque se nós ficarmos encolhidos nós não temos como cobrar. Alguém tem de ir. Ele foi, eu e o Gilberto o Gilberto foi com a passagem só de ida, de volta eu dizia assim: “o Eron Bezerra vai dar um motor rabeta e a gente vem, sobe o Purus e chega aqui”. Nós nesse dia chegamos lá eram duas horas da madrugada quando consegui sentar à beira de uma cama, com fome, dividindo um prato de comida para nós dois, mas nós representamos a região. Então o que eu falo para o nosso representante das comunidades? Que nós temos de aparecer para eles não dizer assim: “mas vocês nunca procuraram ninguém”. Dra. Vera nós estamos aqui sem representante do nosso município, mas temos um representante melhor de todos, não estou descartando vocês, que é Deus; e segundo a senhora como Ministério Público e a Deputada Epifânia. Nós tivemos agora recentemente no ano de 2010, em março, aqui na “energia para todos”, brigando pela energia na nossa região, na nossa linha, aí o José Carregar falava assim: “eu não tenho como atender vocês que vocês são do Amazonas”. Eu falei: “Uai! E aí o que nós vamos fazer, vamos ter de usar lamparina o resto da vida”? tá. Assinou aqui, vimos para Manaus, não é falta de documento que eles nos atende, está aqui, entendeu, mas eles não podem atender. Eu até agradeço a Regina, porque Regina tudo isso que está acontecendo companheira, foi que ela dizia assim: “pode sair da minha sala”. Então, gerou isso aqui, e isso aqui só é o começo entendeu, isso aqui só é o começo, mais para isso ir para frente precisamos dar as mãos, se juntar, porque se for um puxando para um lado e outro para o outro nunca vamos chegar em lugar nenhum ouviu Deputada, embora que a senhora queira, embora que o Ministério Público queira, mas não vamos chegar. Então, nós somos uma corrente, nós temos que nos unirmos, unirmos uns aos outros. Invadimos Lábrea sobre “Terra Legal” por quê? Teve audiência lá na Sede Canutama que daqui até lá são 850 quilômetros, só vai de barco ou de avião e o frete o menor valor é R\$ 2.500,00 e nem todo mundo tem. Então, invadimos Lábrea, nos atendeu, está aqui, o nome do pessoal que vieram, o Vice-Prefeito de Lábrea, vocês tiveram uma assistência muito boa na região de Lábrea porque foi IDAM, foi o INSS, foi o CMBio, foi Polícia Federal, mas porque o Prefeito deu apoio, mais nós não tivemos, quem foi o apoio que deu foi as próprias comunidades, entendeu;

uma parte ficava com o pessoal e outra parte nós assumimos. Então, veio esse pessoal que já estava com o georeferencial, veio o título deles está aqui, mais eles não tem condições de mandar registrar no livro do cartório porque para vir de lá para cá vai custar R\$ 22 mil reais para o rapaz vir do cartório. Então, está aqui esse pessoal, estão com o título, mas não tem como registrar. E Humaitá em 2010, teve uma audiência de uma entrega de equipamentos em Canutama, e só sabe quando já tem acontecido, mas, no censo consta lá que nós somos da região. Nós invadimos segunda vez Humaitá, onde o Prefeito dizia assim: “Maria vocês não vieram acabar minha festa”. Não, nós não viemos acabar sua festa, mas nós queremos falar com o Governador. Onde ficou o Secretário Eron Bezerra, veio sentar e conversar conosco e prometeu recurso que a colega falou ali de quinhentos mil reais, que nós chamamos de tapa buraco e até hoje não chegou, entendeu. E ele foi nos provocou dizendo assim para mim: “se tu me provar que tem produtor rural na região Sul de Canutama eu atiro no lombo do burro, ou então eu atiro no meu”. E eu provei no dia 16.08.2008, 600 cadastros de produtor rural. Então, hoje os burros já estão cansados. Então nós precisamos de que gente? Fazer um plebiscito não é? Para termos o que é nosso não é isso? No dia 23.01.2006, ele esteve em uma reunião o Secretário Eron Bezerra, no quilômetro 23 aqui, numa reunião muito rápida, muito rápida com o ex-Prefeito chamado Raimundo Sampaio, conhecido por Cordeiro; que falamos sobre o IDARON como que o pessoal não poderia trazer sua produção de lá, como eu vi muitas vezes pessoas voltarem com caixa de limão, com cacho de banana porque não poderia passar no IDARON, e aí ele nos prometeu a unidade do IDAM e até hoje também não apareceu. Não sei se ele está vindo de jegue. Graças a Deus o pessoal de Humaitá que atende quando a gente chega lá eles falam assim: “nós estamos aqui, mas a gente vai vê o que a gente pode fazer”. Mas, males a males nos recebem. Os funcionários do município de Canutama, é descontado nas folhas de pagamentos deles o INSS, mas quando às vezes precisam do INSS eles não tem, só é descontado na folha mas não é repassado para a Previdência Social. Então, estou com problema muito sério com várias pessoas, porque eles não podem se aposentar por aqui porque eles não tem o INSS, isso é uma injustiça, isso se chama roubo. Outra coisa que eu quero lembrar, sobre o parque, o parque eu acompanhei desde 2003, eu e mais pessoas, tem mais colegas aqui que nos acompanhou, patrolou a terra, o parque veio tomou as terras de todas as pessoas que a colega falava 20 anos, eu tenho documento com pessoas de 50 anos, já tem neto, bisneto e tataraneto. Então, tudo isso minha amiga não começou de hoje, agora começou esse pacto, porque parabéns pela Deputada abraçar essa causa, parabéns pela Regina porque veio surgir disso aí, e eu gostaria de falar para a Dra. Vera, que se a senhora quiser fazer um apanhamento de todos os ofícios que nós temos entregues nos órgãos de Manaus para o Ministério Público de Manaus tomar consciência disso a gente gostaria, porque estou falando em nome da região, não da Maria Silva. Agora em 2011 recebi um convite da Presidente Dilma para representar nossa Região Sul com os catadores, sim, foi pago o ônibus estava tudo ok, mas eu tinha que levar 05 pessoas, só que a despesa seria por essas

05 pessoas. Como é que vou ter condições de bancar essas 05 pessoas? Então gente, tem vários Presidentes aqui de comunidades, eles são também um parlamentar, só não ganham como um parlamentar, eles tem que serem respeitados, nós somos uma corrente Deputada, porque pode ter maior Governo bom, pode ter maior prefeito, mais se não for comunidade, vereador e Governo, nós não temos nenhum mandato bom. Então nós temos que, como o Adauto falou aqui para gente, “unha suja e coisa...,” eu falo: “mão calejada também”, porque se nós não valorizarmos o homem do campo já está faltando à mesa de muita gente e vai faltar muito mais. Então gente, aqui fica a minha indignação, os nossos Presidentes, nós temos de nos unirmos se querem mudar, se querem fazer um plebiscito, que é isso que nós estamos querendo agora, entendeu; porque nós estamos abandonados mesmos de tudo, de tudo, parabéns o papai em Porto Velho que nos ajuda, então, fica a minha indignação aqui que eu não sei nem como falar, mas eu queria que a senhora passasse, porque aqui tem tudo falando, está tudo escrito aqui, entendeu; e muito obrigado.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Obrigada Maria, obrigada. Bem, nós vamos agora fazer aqui alguns encaminhamentos e aí o primeiro que a gente vai ouvir aqui as considerações e identificar se tem essa possibilidade de trabalhar aqui junto com o Ministério Público, a gente vai conceder a palavra agora a Dr^a. Vera Ferraz de Arruda, Procuradora de Justiça e representando o Ministério Público, neste ato.

A SRA. VERA FERRAZ DE ARRUDA – Bom dia a todos e na pessoa da Deputada Epifânia, gostaria de cumprimentar a Mesa. Realmente o problema que está sendo exposto ele tem que ser resolvido e contra fatos não há argumentos. A problemática existe e de acordo com os fatos é que ela tem que ser resolvida, se chegar a uma solução. Eu fiz algumas anotações e não quero parecer desesperançosa, mas hoje, realmente, daqui não vai se chegar a uma solução. Hoje nós estamos aqui para escutar mais uma vez, porque pude perceber, por todos os que falaram, que já estão cansados de expor o problema para um, para outro, aqui, ali e muitas vezes falando com quem não é a pessoa certa para resolver ou para quem não quer realmente se envolver no problema. Em minha opinião realmente aqui nós estamos gerando um embrião para que se continue a gestionar, principalmente junto aos Poderes Executivos do Amazonas e dos municípios aos quais pertencem essas localidades, essas Linhas, o Joana D’Arc, o Jequitibá, o Sul de Canutama. Também gostaria de pontuar que em janeiro estão assumindo novos prefeitos. Canutama, eu pude perceber que o prefeito eleito não tem a sensibilidade para com a zona Sul do município. E daí a proposta do plebiscito, que é uma proposta. É perfeitamente viável, só que dela decorrem outros compromissos. Vocês ficariam a par de Canutama, seria um novo município, mas também dali nasceriam novas responsabilidades. As dificuldades não iriam desaparecer, mas as pessoas que teriam legitimidade para resolvê-las estariam mais próximas. Então é o início de uma solução também. Deve ser considerado. Eu acho que a Fátima foi a primeira a falar e

eu também já havia anotado que existe um grande problema no Brasil quanto à valorização do homem no campo. Sem alguém produzindo, na cidade não há comida. Então, o olhar para o homem do campo deveria realmente ser outro. Há países em que para que as pessoas fiquem na zona rural recebam até um subsídio, porque ninguém quer morar no campo. Todo mundo quer morar na cidade. Então, para quem fica no campo, para quem mora no campo é pago um valor mensal para aquela pessoa ficar lá produzindo. E também, em vários países, o sentimento de pertencer àquele país é muito forte. Então vou citar um exemplo: nos Estados Unidos existe um sentimento de ser americano que contamina toda a população daquele país. Esse sentimento tem uma força tão grande que faz com que as estruturas cheguem aos locais mais longínquos, mais distantes, mais difíceis, mais inóspitos, a ponto dos locais mais estruturados suportarem o prejuízo de se ter uma filial, por exemplo: do MC Donald’s, na capital do Alasca. É um MC Donald’s que dá prejuízo, mas para o MC Donald’s é muito interessante falar que ele está presente em todas as capitais dos cinquenta estados dos Estados Unidos. É um marketing, vamos dizer assim. Mas atrás disso, a população do Alasca, que fica distante, e que vive também dificuldades, não a nossa dificuldade da chuva e da floresta, mas a dificuldade do frio extremo, da neve, eles se sentem parte dos outros quarenta e nove Estados, parte dos Estados Unidos. Então esse sentimento de pertencer, essa força faz com que os governantes olhem para todos os americanos. Como a gente vê até em filme, o Soldado Ryan que ficou lá desaparecido e que foi montada uma operação só para que ele fosse resgatado. Então esse sentimento de quem está aqui nos rincões do Brasil, no Oeste do país, longe das praias, longe das boas estradas, longe do shoppings centers, é que nós temos que utilizar como força. Não é um favor, não é favor. A comunidade tem direito, tem direito. Para que a comunidade tenha direito é uma questão política, é uma questão de cidadania. Como fazer com que o Fundo de Participação do município de Canutama seja aplicado na zona Sul de Canutama? É política, primeiramente política. Os prefeitos, os governantes detêm um poder que chama discricionariedade. É um poder do administrador, assim como nós, na nossa casa, temos que trocar lâmpada, consertar cama, trocar geladeira, arrumar o piso da garagem. Então nós vamos optar: qual, por onde nós vamos começar? Qual nós vamos fazer? Qual ficará para depois? Qual a que, se não sobrar dinheiro, qual a que nós podemos esperar? Isso é discricionariedade. Então o administrador tem essa discricionariedade. O bom administrador é aquele que utiliza melhor esse poder de escolha e um poder não pode adentrar na discricionariedade do outro. Por isso é que nós escolhemos quem vai ser o nosso representante. Por isso que um é melhor que o outro, porque um sabe administrar melhor que o outro. E na democracia, quando a escolha é ruim, a propaganda do TRE, essa a gente tem que aguentar quatro anos. Portanto nós temos que escolher bem. Não podemos errar, porque depois nós vamos sofrer quatro anos. O Ministério Público pode ajudar. Nós não vamos nos colocar no lugar do prefeito. Não podemos e não devemos isso. Cada autoridade tem a sua área de ação, mas o Ministério Público, o promotor pode detectar uma necessidade, pode propor uma ação, por exemplo, para que

se construa ou para que se faça a manutenção numa estrada vicinal. Eu não conheço o Estado do Amazonas, não sei qual é a comarca, não sei em que cidade o promotor de Canutama fica. Ele pode ficar em Canutama, lá na zona Norte ou pode ficar numa cidade próxima, maior ou próxima lá, não sei. Eu aqui, para resolver a questão, inevitavelmente tem que sentar com o prefeito e com o governador, não tem como fugir disso, é o caminho mais rápido. Pode entrar com ação? Pode, mas demora mais como que se quer resolver e não é ficar brigando na justiça, não há mais tempo a perder. Eu posso falar também que posso ser uma mensageira e levar esse pleito ao Procurador Geral aquém eu hoje estou representando, e solicitar que ele converse com o Procurador Geral, com o Chefe do Ministério Público do Amazonas para que o promotor daquele, dessas localidades possam se interar do problema e dar início a alguma tratativa local para que se chegue mais rápido a uma solução. Eu o que eu teria para falar é isso, podem contar comigo, fiquei sensibilizada realmente, foi feito um assentamento, largaram um monte de gente no meio do nada, sem condição de nada, o Estado tem que tomar conta, o Estado é o responsável ele tem dar conta de todos os Brasileiros, quem está na Amazônia também é Brasileiro, como quem está em Brasília, como quem está em São Paulo. É uma realidade que às vezes as pessoas desconhecem, mas também é uma questão de planejamento, quem planeja, só pode planejar com base em fatos. Se você está planejando com base numa ideia, não vai dar certo, se você está planejando com base em informações que não são exatas também não vai dar certo, se você quer convidar cinco pessoas do interior do Amazonas, agricultores ilhados sem oferecer condições para eles se manterem durante o período da reunião em Brasília, é sonho não vai dar certo, é desconhecer a realidade é desconhecer fatos. Então eu sei que é muito difícil falar com vocês o que o telefone não pega, realmente para o Estado de Rondônia, para o município de Porto Velho investir fora dos limites territoriais, é um risco muito grande a correr, muito grande, é muita ousadia, por que a pessoa fica exposta a uma situação que vai gerar problema pessoal, ela não pode responder, o cargo não responde por isso, quem responde por isso é a pessoa mesmo não é. Então por mais boa vontade que se tem, como tem sido feito, não deixa de ser uma ilegalidade. E também não acho digno que a pessoa ficar esmolando para que o IDARON, para que a SEMED, para sei lá o que fique fazendo alguma coisa a que vocês têm direito, não é verdade, vocês têm direito. Quem pode, como eu já falei, quem pode rapidamente buscar esse direito na via judicial é o promotor, ou o plebiscito, ou também tratativas junto aos Poderes Executivos, Municipais, e do Estado do Amazonas. Mais uma vez eu empenho a minha palavra de levar o pleito de vocês ao Procurador Geral, e eu acho que aí o retorno a todos ficaria por conta da Deputada. Acho que é isso, eu não sei se atendi as expectativas que foram colocadas sobre o Ministério Público, mas é o que a gente pode fazer. A gente vai continuar discutindo esse problema, por que não vai ser hoje que vai se chegar alguma coisa, e o Ministério Público está aberto a todos vocês, amazonenses ou não. Muito obrigada.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Obrigada doutora Vera, só destacar aqui, na verdade quando nós propusemos essa audiência, nós até conversamos com várias lideranças para que não viesse com a expectativa que aqui as coisas seriam solucionadas. Nós queríamos debater o assunto, ter os representantes necessários aqui e a gente ter alguns encaminhamentos, ter uma agenda de trabalhos aqui para frente. Então o que a senhora nos colocou aqui ajudou muito,

só o fato do Ministério Público se colocar a disposição para articular com o Ministério Público do Amazonas e com os representantes para a gente é um grande avanço. Ter essa disposição já é algo importante, no final a gente vai fazer aqui os encaminhamentos. Só registrar a presença aqui e agradecer o Presidente da IDARON, Marcelo Henrique, eu não sei se ainda está aí o Vereador Dindin, quer dizer o Vereador eleito, lá pelo, representando o Distrito de União Bandeirante, seja bem vindo Dindin. E agora eu concedo a palavra ao Secretário Executivo da EMATER, Elizafan e que nesse ato também representa o Governador do Estado de Rondônia, Confúcio Moura.

O SR. ELIZAFAN SALES – Iniciar, mas cumprimentando de forma fraterna, dizer a todas as trabalhadoras trabalhadores que é um momento muito importante, pude observar que no semblante, quando de repente a doutora Vera, eminente representante do Ministério Público, colocava aqui a forma que ela entendeu e a forma da lei. Alguém disse, ficou assim com o semblante taciturno preocupado, ao é, mas não entendam isso como um balde de água fria, na busca dos anseios e do desejo das necessidades dessas comunidades aqui representadas. Vocês observaram que a doutora Vera falou da vontade política, do viés político, sem que haja necessidade de utilizar os meios judiciais, logo, aqui nós entendemos nas falas doutora que todos, como a senhora disse, isso é angústia não é, mas graças a Deus, como todos que já nos antecederam colocaram aqui, que a Deputada Epifânia de uma forma brilhante e que é peculiar a forma de administrar, ouvindo a comunidade. O Estado de Rondônia como ente querido o Estado ao Amazonas como ente federativo, e o município de Porto Velho, os municípios de Canutama, de Lábrea e Humaitá, aqui pelo menos o Estado de Rondônia e o município de Porto Velho, o Ministério Público e os representantes do município de Lábrea. Dão aqui uma clara demonstração de interesses de fazer um termo de compromisso, um termo de cooperação técnica, buscar parcerias entres esses entes para melhorar naturalmente, o Município de Porto Velho tem ação aqui que faz, tem feito por entender, por achar a necessidade, porém, viram que a doutora Vera nos disse que, aí o Secretário, ou o Governo que autorizar uma ação dessa, ele coloca o CPF dele, não é o cargo, é isso doutora. Então vejam bem, porém, existe a predisposição de uma parceria em termo de cooperação técnica entre os entes federados, logo as possibilidades podem surgir. Daí então a importância desse encontro, nós não temos assim o devido entendimento da importância deste evento. Por quê? Naturalmente as autoridades dos municípios vizinhos, as autoridades do Estado vizinho, do Estado do Amazonas saberão desse interesse, desta necessidade, desta busca ou pelo menos é bom que isso seja divulgado, seja colocado, e aqui vai até como encaminhamento, mas saibam de que se qualquer coisa que fizermos quem por sábia assim é um conflito de competência e no meio está as nossas famílias aqui representada por esse grupo de pessoas. Vocês trazem aqui, você vê aqui a situação do desejo, da angústia, da necessidade localizada. Eu como o Estado já discutindo com o IDAM se a PROF exatamente essa parceria e com isto, este evento aqui encabeçado por um Poder importante, Poder Legislativo do Estado de Rondônia, já conversamos com o Governador Confúcio Moura, ele está disposto a fazer um trabalho, o Secretário de Agricultura este ano já participou em outras discussões a fazer esse, a construir esse termo de compromisso porque as necessidades são em todos os ramos,

educação, segurança, saúde, transporte, veja, então é necessidade básica de todas as pessoas. A Dra. Vera colocava, verdadeiros bandeirantes, guardiões desta fronteira imensa que temos aqui ao sul do Estado, divisa com Bolívia, outra situação, e todos nós fomos integrantes desta comunidade, eu tenho sentido isso na pele, aqui conheço vários representantes aqui da sociedade civil que tem nos procurado no sentido de buscar essas alternativas, eu enquanto representante da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, nós entendemos há esse caminho, então agora vamos passar por esse encaminhamento, mas nós temos, eu tenho particularmente a clareza da possibilidade e que deve ser construída, Deputada Epifânia, nesse encaminhamento alguma coisa para daí discutir e buscar com as autoridades dos municípios vizinhos do Estado esse termo a ser construído porque os povos, os municípios, a nação, perfeitamente pode se juntar em termos oficiais de cooperação e buscar um foco entre eles e sendo este foco a melhoria da qualidade de vida e condição de trabalho destes milhares de famílias aqui representada por valorosos trabalhadoras e trabalhadores. Muito obrigado, estamos sempre à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Epifânia Barbosa) – Obrigada Secretário. Eu pensei aqui, após ouvir todos e todas, eu queria propor aqui alguns encaminhamentos de uma maneira bem objetiva, nessa agenda de trabalho que ela inicia com esta audiência pública e ouvindo aqui a Promotora e a boa vontade do governo também e da prefeitura de Porto Velho, eu acho que o nosso primeiro encaminhamento seria nós pegarmos aqui o relatório dessa audiência, as notas taquigráficas e a gente encaminhar um documento ao Governo do Amazonas, ao Governador Omar Aziz, o prefeito eleito Evaldo de Sousa, de Lábrea, e Lábrea eu acho que a gente já avançou bastante aqui em relação a vontade política, já com o nosso vice-prefeito eleito Michel Cruz, hoje vereador presidente da Câmara, e também encaminhar o documento ao prefeito de Canutama Sivaldo Leite, e também ao Procurador do Ministério Público do Amazonas, eu acho que é Francisco, eu não me recordo o sobrenome mas é Francisco, a gente até tentou entrar em contato também. Nós encaminharíamos esse documento informando sobre esse ato que nós tivemos e já propondo uma reunião para possivelmente o mês de fevereiro porque a gente precisa esperar que os prefeitos tomem posse e esperar também que o mês de janeiro eles possam se apropriar de todos os problemas, quem já foi reeleito já sabe dos problemas, mas a gente vai colocar esse documentado na mão dele para que ele saiba que tem mais gente agora ainda pensando nessa situação. Vamos encaminhar também a Câmara de Vereadores de Canutama e também à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, e num segundo momento já essa reunião com esses entes federativos, com essas autoridades e os representantes das comunidades aqui, aí vocês vão eleger alguns representantes, e nós termos essa audiência e também a gente define qual é o local mais estratégico para isso, eu penso que tem que se num território do Amazonas, que seja Humaitá, que seja em Manaus, que seja em Lábrea, que seja em Canutama, nós vamos até lá, a gente pode intermediar e tentar buscar essas alternativas. E aí é isso que a Dra. Vera falou, primeiro nós vamos tratar da vontade política, fazer um documento e ver qual é o encaminhamento e aí não tendo efetivo encaminhamento aí vem a força da lei que é Ação Civil Pública, que aí sim com a presença do Ministério Público tanto do Amazonas, principalmente do Estado do Amazonas, mas tendo aqui também a participação de Rondônia, a gente possa

através da força da lei fazer com que esses serviços cheguem. Eu penso que, não é Dra. Vera, eu acho que esse é um bom encaminhamento, no primeiro momento essa ação política e caso a gente não seja bem sucedido a força da lei através da Ação Civil Pública para que a gente não tenha, professora, mais um momento de frustração. Aí através da lei eu vou dar um exemplo que funciona porque quando eu fui Secretária de Educação, nós tínhamos, no primeiro ano de 2005, nós tínhamos um convênio com o Estado de Rondônia, no transporte escolar da ordem de seiscentos mil reais e a gente já pegou esse convênio renovado, quando foi no ano de 2006 o Estado de Rondônia quis renovar o convênio pelo mesmo valor de seiscentos mil reais, só que nós tínhamos feito todo um levantamento e o transporte escolar que a gente fazia com os alunos do Estado custava um milhão e duzentos mil reais e o Estado não queria de jeito nenhum fazer um convênio, eu fui até o Ministério Público, o Ministério Público compreendeu e apresentou ao Governo do Estado caso não fizesse convênio com a realidade do município de Porto Velho eles aplicariam uma multa de cem mil reais por dia, no terceiro dia eu já tinha o convênio de um milhão, cento e vinte e cinco mil reais, foi quase um milhão e duzentos, o valor que a gente tinha previsto e nós atendemos o Estado. Então a lei está à nossa disposição e nós precisamos fazer uso dela, e aí o que não vai pelo caminho da boa vontade política a gente pode usufruir aí desse serviço também prestado para nós que é essa ação do Ministério Público. OK?

Bem, eu peço para que vocês aguardem então, nós faremos encaminhamento logo no início do mês de fevereiro porque a Casa vai estar em recesso aqui e eu preciso que o documento seja oficial, nós vamos encaminhar esses documentos, já propor uma reunião e nós vamos entrar em contato, nós temos aqui a frequência de todos, vamos apresentar vocês, vocês vão eleger os representantes e iremos convidá-los, está bom? E dessa forma, então, a gente agradece a presença aqui de todas autoridades, o Secretário de Educação de Lábrea, o nosso representante do Ministério Público, do Ministério da Agricultura, da Delegacia, o nosso Secretário de Estado Elizafan, assim como o Marcelo Henrique, a Secretária de Promoção da Paz que esteve aqui conosco. Agradecer imensamente a presença da Dra. Vera, mande nossos agradecimentos ao Dr. Everton a pessoa que a gente conversou e teve toda sensibilidade, ele disse assim para mim “eu vou mandar a melhor pessoa, não se preocupe”, de fato ele mandou, muito obrigada. Agradecer aqui a nossa hoje Secretária Municipal de Educação Professora Maria de Fátima e a nossa vereadora eleita Fatinha, tem dois momentos e agradecer aqui também o presidente da Câmara de Lábrea, vereador Michel também aí muito bem sucedido no pleito eleitoral como vice-prefeito; e a todos vocês, principalmente a vocês, eu falei a vocês que se nós fossemos realizar essa audiência, sem a presença de você ia ser só mais um momento que eu ia cumprir aqui um instrumento legal que eu posso fazer uso da audiência, mas eu precisava da presença de vocês que senão adiantaria, que às vezes a gente vai numa localidade tem alguns representantes, é de interesse de todos mas só vem aqueles, e aqui não, vocês representaram muito bem, então parabéns a vocês e muito obrigada pela presença de todos. E a gente encerra, eu sei que estamos aqui no avançado da hora, mas nós vamos encerrar aqui convocando a todos para aqui aproveitar um coquetel que a casa oferece.

Invocando a proteção de Deus, declaro encerrada a presente audiência pública. Muito obrigada e vamos ao nosso coquetel.

(Às 12 horas e 50 minutos é encerrada a sessão).

SUP. DE RECURSOS HUMANOS**ATO Nº1482/2012-SRH/P/ALE**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

N O M E A R

ADMILSON FERREIRA DOS SANTOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-25, no Gabinete da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, a partir de 1º de novembro de 2012.

Porto Velho, 12 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO N.º1392/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EX O N E R A R

ADRIELLE VALANI DELARMELENA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, para o código AST-16, do Gabinete da Liderança do Governo, partir de 30 de novembro de 2012.

Porto Velho, 06 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1430/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EX O N E R A R

Os Servidores relacionados, do Cargo de Provimento em Comissão, que exerce no Gabinete da 1ª Vice-Presidência – Deputado Maurão de Carvalho, a partir de 30 de novembro de 2012.

Nome	Código
ALUANE SANTOS ALVES	ASP-25

DAIANA FERNANDES DE LIMA
ZENAIDE BARROSO CARDONA

ASP-30
ASP-22

Porto Velho, 07 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1468/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

N O M E A R

ANA PAULA SANTOS DE SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Edson Martins, a partir de 1º de novembro de 2012.

Porto Velho, 12 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO N.º1472/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

A L T E R A R

A referência do Cargo em Comissão da servidora **ANDRESSA DAMACENA LIMA SANTOS**, Assessor Técnico, para o código AT-21, do Gabinete da Comissão Permanente de Esporte, Turismo e Lazer, partir de 1º de novembro de 2012.

Porto Velho, 12 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1652/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EX O N E R A R

ANNA GABRIELA ALVES LAVOR E SOUZA, do Cargo de Provimento em Comissão de Secretária de Apoio, código DGS-9, que exerce no Departamento Médico, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1396/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

N O M E A R

CARLOS ALBERTO PEDRO ROSA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-26, no Gabinete da Liderança, a partir de 1º de novembro de 2012.

Porto Velho, 06 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1397/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

N O M E A R

CELIA MARIA DOS SANTOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Edson Martins, a partir de 1º de novembro de 2012.

Porto Velho, 06 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1511/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

E X O N E R A R

EDUARDO GUSHIKEN JUNIOR, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-30, que exerce no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de novembro de 2012.

Porto Velho, 14 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1398/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

N O M E A R

ELIEL MARCOS DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-19, no Gabinete do Deputado Edson Martins, a partir de 1º de novembro de 2012.

Porto Velho, 06 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1451/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

E X O N E R A R

ELIZABETE DA SILVA CORREIA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, que exerce no Gabinete do Deputado Maurão de Carvalho, a partir de 1º de novembro de 2012.

Porto Velho, 08 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1492/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

N O M E A R

ELVIS ALVES DOS SANTOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-22, no Gabinete da 2ª Vice Presidência - Deputado Lorival Amorim, a partir de 05 de novembro de 2012.

Porto Velho, 12 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1500/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

FLAVIO RODRIGUES BATISTA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-30, que exerce no Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 30 de novembro de 2012.

Porto Velho, 14 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1467/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

GIOVANE GUASTALA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, que exerce no Gabinete do Deputado Edson Martins, a partir de 30 de novembro de 2012.

Porto Velho, 12 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1393/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

HERSIO RABELO DE ARAUJO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-17, que exerce no Gabinete do Deputado Edson Martins, a partir de 1º de novembro de 2012.

Porto Velho, 06 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1491/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

HUGO LOPES DE CAMARGO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-22, que exerce no Gabinete da 2ª Vice Presidência- Deputado Lorival Amorim, a partir de 1º de novembro de 2012.

Porto Velho, 12 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1544/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

NOMEAR

IRIS LUCIA FERREIRA GONDIM AGAPITO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-25, no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de novembro de 2012.

Porto Velho, 22 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1431/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

JHEIMISON CARLOS BRIZON, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-28, que exerce no Gabinete do Deputado Maurão de Carvalho, a partir de 30 de novembro de 2012.

Porto Velho, 07 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1473/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

NOMEAR

JOSE ANTONIO DE SA TELES FILHO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-28, no Gabinete do Deputado Adelino Follador, a partir de 1º de novembro de 2012.

Porto Velho, 12 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1399/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

NOMEAR

JOSE LUIZ BICALHO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-19, no

Gabinete do Deputado Edson Martins, a partir de 1º de novembro de 2012.

Porto Velho, 06 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1470/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

JUCELENA BOTELHO DE SOUZA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-14, que exerce no Gabinete da Comissão Permanente de Esporte, Turismo e Lazer, a partir de 1º de novembro de 2012.

Porto Velho, 12 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1433/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

NOMEAR

JULIANE GLEICA SOUSA TAQUES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnica, código AST-06, no Gabinete do Deputado Maurão de Carvalho, a partir de 05 de novembro de 2012.

Porto Velho, 07 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1453/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

NOMEAR

KATIUCIA DE JESUS GONÇALVES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-

01, no Gabinete do Deputado Maurão de Carvalho, a partir de 05 de novembro de 2012.

Porto Velho, 08 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1484/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

NOMEAR

LOURIVAL GOMES DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-15, no Gabinete do Deputado Saulo Moreira, a partir de 1º de novembro de 2012.

Porto Velho, 12 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1508/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

ALTERAR

A referência do Cargo em Comissão da servidora **LUANA MEIRELES DE CANDIDO**, Assistente Parlamentar, para o código ASP-18, do Gabinete do Deputado Euclides Maciel, partir de 1º de novembro de 2012.

Porto Velho, 14 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1481/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

ALTERAR

A referência do Cargo em Comissão da servidora **MARA CRISTIANE DA SILVA ORTIZ**, Assessor Técnico, para o código

AT-22, do Gabinete da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, partir de 1º de novembro de 2012.

Porto Velho, 12 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1442/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

N O M E A R

MARIA DE FATIMA RUFATTO DE SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, no Gabinete da Deputada Epifânia Barbosa, a partir de 1º de novembro de 2012.

Porto Velho, 07 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1400/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

N O M E A R

MARIA DO SOCORRO DA SILVA ARAUJO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-19, no Gabinete do Deputado Edson Martins, a partir de 1º de novembro de 2012.

Porto Velho, 06 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1469/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EX O N E R A R

Os Servidores relacionados, do Cargo de Provimento em Comissão, que exerce no Gabinete do Deputado Adelino Follador, a partir de 1º de novembro de 2012.

Nome

MARIA LUIZA DE OLIVEIRA BELEZA
LEILA APARECIDA MARTINS
CAMILA CRISTINA SA TELES

Código

AST-03
AST-04
AP-28

Porto Velho, 12 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1460/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

N O M E A R

MARIA RITA DOS SANTOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, no Gabinete do Deputado Euclides Maciel, a partir de 05 de novembro de 2012.

Porto Velho, 12 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1389/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

N O M E A R

MAX MILIANO PRENSZLER COSTA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-30, no Gabinete da Advocacia Geral, a partir de 1º de novembro de 2012.

Porto Velho, 06 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1401/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

N O M E A R

MONIELLY DE CASSIA CALVO OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico,

código AST-01, no Gabinete do Deputado Edson Martins, a partir de 1º de novembro de 2012.

Porto Velho, 06 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1432/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

NELY RODRIGUES DOS SANTOS BRAZ, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-06, que exerce no Gabinete do Deputado Maurão de Carvalho, a partir de 1º de novembro de 2012.

Porto Velho, 07 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1488/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

NIKLA NATHASHY ROZO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-25, que exerce no Gabinete da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, a partir de 1º de novembro de 2012.

Porto Velho, 12 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1402/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA /ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

NOMEAR

RAFAELA FERREIRA DE CARVALHO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-

09, no Gabinete do Deputado Edson Martins, a partir de 1º de novembro de 2012.

Porto Velho, 06 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1490/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

NOMEAR

RAYLENE DA SILVA ALENCAR, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, no Gabinete do Deputado Euclides Maciel, a partir de 1º de novembro de 2012.

Porto Velho, 12 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1489/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão do servidor **RODRIGO APARECIDO DE OLIVEIRA**, para Assessor Técnico, código AT-25, e lotar no Gabinete da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, a partir de 1º de novembro de 2012.

Porto Velho, 12 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1408/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

NOMEAR

ROSA MARIA DE ASSIS SOBRAL, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-

23, no Gabinete do Deputado Zequinha Araujo, a partir de 05 de novembro de 2012.

Porto Velho, 06 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1516/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

N O M E A R

SEBASTIANA SÁ DE FREITAS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-26, no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de novembro de 2012.

Porto Velho, 14 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1483/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

N O M E A R

SILVANI HORA DA CONCEIÇÃO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-26, no Gabinete do Deputado Saulo Moreira, a partir de 1º de novembro de 2012.

Porto Velho, 12 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1407/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EX O N E R A R

TANIA MACHADO SIQUEIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-23, que exerce no Gabinete do Deputado Zequinha Araujo, a partir de 1º de novembro de 2012.

Porto Velho, 06 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1459/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EX O N E R A R

VALDECIR ANTONIO SILVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, que exerce no Gabinete do Deputado Euclides Maciel, a partir de 1º de novembro de 2012.

Porto Velho, 12 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1391/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EX O N E R A R

VANILDO PEREIRA DE OLIVEIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-22, que exerce no Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de novembro de 2012.

Porto Velho, 06 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO N.º1395/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

ALTERAR

A lotação do servidor **VAULI DOS SANTOS**, que exerce o Cargo em Comissão de Assessor Técnico, para o Gabinete do Deputado Edson Martins, a partir de 1º de novembro de 2012.

Porto Velho, 06 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO N.º1452/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

NOMEAR

VERONICA GOMES CALIXTO DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-01, no Gabinete do Deputado Maurão de Carvalho, a partir de 1º de novembro de 2012.

Porto Velho, 08 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO N.º1514/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

NOMEAR

WILLIAM FERREIRA DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-18, no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de novembro de 2012.

Porto Velho, 14 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO N.º1589/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

ANA CLAUDIA DA COSTA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-30, que exerce no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO N.º1594/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos dos Artigos 10 e 25, § 1º da Lei Complementar nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR:

ANA MARIA DA SILVA ARAÚJO MARIANO, matrícula nº100009648, Cargo de Assistente Técnico Legislativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST - 21, da Superintendência de Finanças, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO N.º1690/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

ANDREIA MORESCHI DA SILVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-21, que exerce no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1652/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

ANNA GABRIELA ALVES LAVOR E SOUZA, do Cargo de Provimento em Comissão de Secretária de Apoio, código DGS-9, que exerce no Departamento Médico, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1681/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

ANTONIO CARLOS PONTES SILVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-24, que exerce no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1667/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

ARLANDIO FLORINDO REIS, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-28, que exerce no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1680/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos

do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

BRUNNO CEZAR PINTO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-24, que exerce no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1653/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

CAMILA GARCIA TEIXEIRA SOARES, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-25, que exerce no Departamento Médico, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1654/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

CLARA DE LOURDES BARBOSA SOUSA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-19, que exerce no Departamento Médico, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1574/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

CLEICE MARIA MARTINS MEDEIROS, do Cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Divisão, código DGS-4, que exerce na Escola do Legislativo, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1575/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

CRISTIANE CHAVES DE MELO PIRES, do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Programas Pedagógicos, código DGS-7, que exerce na Escola do Legislativo, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1655/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

CYNTHIA DORIGHETTO BONIFACIO RIBEIRO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-22, que exerce no Departamento Médico, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1656/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

DEBORA CRISTINA PINHEIRO FERREIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-19, que exerce no Departamento Médico, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1576/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

DEISE LEMOS CARVALHO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-04, que exerce na Escola do Legislativo, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1577/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

DEL ROSARIO PINTO DO NASCIMENTO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-11, que exerce na Escola do Legislativo, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1668/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

ELENILSON ARAUJO DO NASCIMENTO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-09, que exerce no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1578/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

ELISANGELA AQUILA LINHARES, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-12, que exerce no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1657/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

ELISANGELA CHERUBINI, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-19, que exerce no Departamento Médico, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1724/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

ELIZABETH ALMEIDA CAMPOS MORAES, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-15, que exerce no Departamento de Informática, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1725/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

FABIANA REGIS GARCIA PEREIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-19, que exerce no Gabinete da Secretaria Geral, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1670/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

GERALDO SOUTO GUIMARAES, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-28, que exerce no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1682/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

JEFFSON ANDRADE MONTE, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-25, que exerce no Gabinete da Secretaria de Planejamento e Modernização da Gestão, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1689/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

JOAO VANDERLEI DE MELO FILHO, do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Gabinete, código DGS-6, que exerce no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1666/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

JOELMA DUARTE DA SILVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Secretária de Apoio, código DGS-9, que exerce no Departamento Legislativo, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1727/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

JOSE ALVES DE MORAES FILHO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-19, na Assessoria da Mesa Diretora, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1609/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

JOSE CARLOS DA SILVA COSTA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-28, que exerce no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1610/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

JOSE EDUARDO RODRIGUES GUERRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-30, que exerce no Gabinete da Advocacia Geral, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1592/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

JOSE ILDO DOS SANTOS, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-21, que exerce no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1659/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT- 19, que exerce no Departamento Médico, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1598/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

JOSE VALDIR DA SILVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-22, que exerce na Polícia Legislativa, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1660/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

JULIANA FEITOSA BERNARDO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-25, que exerce no Departamento Médico, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1672/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

KETLEN CAROLINA FERREIRA CAVALCANTE, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-25, que exerce no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1579/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

LINDACI SOARES DE CARVALHO, do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor Pedagógico, código DGS-3, que exerce na Escola do Legislativo, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1686/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

LINDALVA DE SOUZA MACHADO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-15, que exerce no Gabinete da Secretaria de Planejamento e Modernização da Gestão, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1671/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

LUCIANA MAIA DO NASCIMENTO DE OLIVEIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-24, que exerce no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1597/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

LUIZ CARLOS DA SILVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-14, que exerce no Departamento de Logística, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1580/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

MALCOLM DE SOUZA JOHNSON, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-09, que exerce na Escola do Legislativo, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1599/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

MARCELO ANDREANI, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-09, que exerce na Polícia Legislativa, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1669/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

MARCUS VINICIUS TAVARES PIMENTEL, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-21, que exerce no Departamento de Comunicação Social, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1581/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

MARIA APARECIDA BARBOSA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-20, que exerce na Escola do Legislativo, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1582/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

MARIA DAS GRAÇAS CONSTANTINO DA SILVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-09, que exerce na Escola do Legislativo, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1673/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

MARIA DAS GRAÇAS LEITAO PERSIVO CUNHA, do Cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Gabinete da Presidência, código DGS-1, que exerce no Gabinete da Presidência, a partir de 04 de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1583/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

MARIA DE FATIMA RODRIGUES DE OLIVEIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-19, que exerce na Escola do Legislativo, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1674/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

MARQUILANE ALVES, do Cargo de Provimento em Comissão de Secretária de Gabinete, código DGS-6, que exerce no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1675/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

MAURICIO CALIXTO JUNIOR, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-25, que exerce no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1593/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

MAURO SERGIO SANTOS SILVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AST-09, que exerce no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1602/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos dos Artigos 10 e 25, § 1º da Lei Complementar nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR:

Do cargo em Comissão de Chefe da Divisão de Informática – código DGS-4, da Escola do Legislativo, o servidor **MIRIN LUIZ DE BRITO**, matrícula nº100003294, Auxiliar Administrativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1584/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

NIVIA MASIAGA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-27, que exerce na Escola do Legislativo, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1676/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

PAULO DANIEL ARAUJO BENITO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-22, que exerce no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1683/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

PAULO ROBERTO OLIVEIRA DE MORAES JUNIOR, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AST-22, que exerce na Corregedoria Administrativa da Assembleia Legislativa, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1601/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos dos Artigos 10 e 25, § 1º da Lei Complementar nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR:

PEDRO SOARES DE OLIVEIRA, cadastro nº100007072 Cargo de Agente de Serviços, pertencente ao Quadro de Pessoal

Efetivo desta Casa Legislativa, do Cargo em Comissão de Assistente Técnico, código AST - 09, do Gabinete da Presidência, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1585/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

PRISCILA OLIVEIRA DA SILVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-19, que exerce na Escola do Legislativo, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1685/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

RAFAEL VAGNER DA CUNHA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-19, que exerce no Departamento de Engenharia, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1677/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

RAIMUNDO NONATO MARTINS DE CASTRO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-21,

que exerce no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1665/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

ROSANGELA MARIA CARMO DE SOUSA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-21, que exerce no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1586/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

RUTE PEREIRA DA SILVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-25, que exerce na Escola do Legislativo, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1595/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos

do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

SERGIO ARAUJO PEREIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-26, que exerce na Controladoria Geral, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1590/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

SICILIA MARIA ANDRADE TANAKA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-30, que exerce no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1678/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

SILVIA LIMA MEDEIROS LEAL, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-24, que exerce no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº16882012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

SIRLEY FARIAS DA SILVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Secretária de Apoio, código DGS-9, que exerce no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1679/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

TARCIZIO ALVES DE ALMEIDA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-30, que exerce no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1663/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

TATIANA RODRIGUES DA SILVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-09, que exerce no Departamento Médico, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1596/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

THIAGO RIBEIRO DA COSTA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-22, que exerce no Departamento Médico, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1664/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

VANDERLEIA PAIVA BATISTA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-19, que exerce no Departamento Médico, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1588/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

VERA REGINA NASCIMENTO PEREIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-23, que exerce na Escola do Legislativo, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro, de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1729/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

VIVIANE MARTINS DE BRITO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-19, no Departamento de Cerimonial, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1616/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

EXONERAR

WILZA CARLA SERAFIM OLIVEIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-22, que exerce no Gabinete da Presidência, a partir de 1º de dezembro de 2012.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1525/2012-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos dos Artigos 10 e 25, § 1º da Lei Complementar nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

ALTERAR:

O cargo em Comissão para Chefe da Divisão de Informática – código DGS-4, da Escola do Legislativo, do servidor **MIRIN LUIZ DE BRITO**, matrícula nº100003294, Auxiliar Administrativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, a partir de 1º de novembro de 2012.

Porto Velho, 14 de novembro de 2012.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ERRATA

Publicado no DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO nº 108, pag. 1235 do dia 04 de dezembro de 2012:

Onde se lê:

ATO Nº **1324**/2012-SRH/P/ALE

Leia-se:

ATO Nº**1326**/2012-SRH/P/ALE

Onde se lê:

Nome
JULIANE GLEICA SOUSA **TANQUES**

Código
DGS-9

Leia-se:

Nome
JULIANE GLEICA SOUSA **TAQUES**

Código
DGS-9